

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PINHEIRO (CESPI)**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**VANESSA DO REMEDIO PIMENTA GARCIA**

**A INCLUSÃO ESCOLAR SOB A ÓTICA DOS GESTORES DE ESCOLAS  
PÚBLICAS INCLUSIVAS EM PINHEIRO – MA**

**Pinheiro**

**2021**

**VANESSA DO REMEDIO PIMENTA GARCIA**

**A INCLUSÃO ESCOLAR SOB A ÓTICA DOS GESTORES DE ESCOLAS  
PÚBLICAS INCLUSIVAS EM PINHEIRO – MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Pedagogia Licenciatura da Universidade  
Estadual do Maranhão para a obtenção do grau do  
curso.

Orientadora: Profa. Naysa Christine Serra Silva

Pinheiro

2021

Garcia, Vanessa do Remedio Pimenta.

A inclusão escolar sob a ótica dos gestores de escolas públicas inclusivas em Pinheiro – MA / Vanessa do Remedio Pimenta Garcia. – Pinheiro, MA, 2021.

65 f

TCC (Graduação) – Curso de Pedagogia Licenciatura, Centro de Estudos Superiores de Pinheiro, Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientadora: Profa. Naysa Christine Serra Silva.

1.Escola. 2.Educação. 3.Necessidades especiais. I.Título.

CDU: 376(812.1)

**VANESSA DO REMEDIO PIMENTA GARCIA**

**A INCLUSÃO ESCOLAR SOB A ÓTICA DOS GESTORES DE ESCOLAS  
PÚBLICAS INCLUSIVAS EM PINHEIRO – MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Pinheiro da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 04/ 02 / 2022

**BANCA EXAMINADORA**

**Profa. Ma. Naysa Christine Serra Silva** (Orientadora)

Mestra em Cultura e Sociedade

Universidade Estadual do Maranhão

**Prof. Ms. Rafael Petta Daud**

Mestre em Educação

Universidade Estadual do Maranhão

**Profa. Catyelle Maria de Arruda Ferreira**

Doutora em Ciências Naturais

Universidade Estadual do Maranhão

## **AGREDECIMENTOS**

Agradecer primeiramente à Deus por me dado saúde e principalmente superar todos os meus obstáculos e dificuldades, agradecer a minha família e amigos, especialmente a minha mãe Maria, a meu Pai, e irmão, irmã, avô, em ter me ajudado a chegar até aqui e não ter desistidos em alguns momentos.

A Universidade por me proporcionar esse ensino e pela oportunidade de fazer o curso, pelos meus colegas de curso que eu quero levar par vida, em especial a Ellen, Idalina, Josiele, Valdeilson. A todos aos diretores que já passam pelo curso ao finado prof. Algenir, e principalmente à Raquel em ter aceitado a coordenação do curso, mas também não posso esquecer ao diretor do Centro do Campus Pinheiro Prof. Gilberto Matos Arouche e a todos e a todas que fizeram parte direto ou indiretamente da minha formação. Aos professores do campus, mas em especialmente à prof. Alessandra e à minha orientadora, prof. Naysa Serra quero agradecer pela dedicação em aceitar esse cargo.

## RESUMO

Nesta pesquisa vem investigar a temática norteadora da Inclusão Escolar sob a Ótica dos Gestores de Escolas Públicas Inclusivas em Pinheiro – MA. Como hipótese desse estudo, e possível enfatizar o papel e os desafios dos gestores escolares da rede pública inclusiva e crucial para a efetivação em atender crianças deficientes a Educação Inclusiva onde o diretor desenvolver um labor que necessário da união da família e dos membros escolares para obter resultados, utiliza-se ainda as principais leis e decretos que garante o direito de todos a educação, averiguar se as escolas públicas do Município atende crianças com deficiência. Neste sentido, os objetivos, tencionados são: e analisar o processo da inclusão escolar sob a ótica dos gestores de escolas públicas inclusivas, Cidade de Pinheiro - MA para o pleno desenvolvimento da inclusão das crianças deficientes na educação com demais crianças no ensino comum. O objetivo específico e apresentar primeiramente algumas leis que garante inclusão de crianças deficientes no recinto escolar, também refletir a importância dos gestores em oferecer o ensino inclusivo para as crianças com alguma deficiência na escola pública no Ensino Fundamental, os desafios que os gestores das instituições públicas do Município tende em oferecer educação a todos, discutir também o percentual das matrículas de alunos deficientes no ano letivo de 2021 em algumas instituições públicas do Município, são os objetivos específicos que essa pesquisa vai responder no decorrer do estudo. As metodologias utilizadas para Gil (2007) a pesquisa e de cunho qualitativa, isto levantamento de dados e quantificações, e estatísticas, com ênfase para a revisão bibliográfica, o lócus da pesquisa de campo foi realizado em 04 instituições públicas do Ensino Fundamental – Aos Iniciais. As ferramentas metodológicas foram com base nas entrevistas a questionário e análise de documentos. Foram pesquisados 04 Gestores de instituições, os dados obtidos permitiram compreender a verdadeira importância da escola mais inclusiva nas classes. Analisamos que para uma melhor cumprimento na prática pedagógica, devesse a ter parcerias de todo o corpo do colegiado escolar, Gestores, Professores e Pais nessa caminhada para promover educação inclusiva, estruturada e acessível. Pela observação podemos concluir que a inclusão nas escolas regulares são importantes por que nela que forma futuros cidadãos.

**Palavras-chave:** Escola; Educação; Necessidades especiais;

## **ABSTRACT**

This research investigates the guiding theme of School Inclusion from the perspective of Managers of Inclusive Public Schools in Pinheiro - MA. As a hypothesis of this study, the role of school managers in the public network is emphasized, which is crucial for the effectiveness in relation to children with disabilities to Inclusive Education. In this sense, the intended objectives are: and to study the process of school inclusion from the perspective of managers of inclusive public schools, Cidade de Pinheiro - MA for the full development of the inclusion of other disabled children in education with children in common. The specific specification and the children initially planned for the inclusion of children in the school grounds, also reflect the importance of managers in offering inclusive education as with any public school in elementary school, the challenges that managers of public institutions in the Municipality in offering education the percentage of enrollments of disabled students in the academic year of 2021 in some public institutions in the Municipality, are the specific objectives that this research will answer during the study. As a methodology used for Gil (2007) the research and qualitative review, that is, survey of research and quantifications, and statistics, with emphasis on a bibliographic review, the locus of the bibliographic review carried out in 04 public institutions of Elementary School -Aos Inicias. The methodological tools were based on interviews, analysis and document analysis. Trained 04 Managers of research institutions, the data can understand the true importance of a more inclusive school in the classes. We analyze that for a better pedagogical practice, it greets the partnerships of the whole glass of the school collegiate, Managers, Teachers and Parents in this walk to promote inclusive, structured and accessible education. Through this we can study important to include in the schools that are future that form the citizens.

**Keywords:** School; Education; Special needs;

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1- Escolas .....	37
Tabela 2- Gestores.....	37
Gráfico 1 - Idade .....	38
Gráfico 2 – Gráfico 2- Formação .....	39
Gráfico 3- Atuação no Ensino Fundamental .....	40
Gráfico 4 - Gráfico 4- Atuação de Gestora .....	41
Gráfico 5 – Gráfico 5- Deficiência Intelectual .....	42
Gráfico 6 – Gráfico 6 - Deficiências .....	42
Gráfico 7 – Gráfico 7- Pessoa com Necessidade Especial .....	43
Gráfico 8 – Gráfico 8- Pessoa Deficiente.....	43
Gráfico 9 – Gráfico 9- Categorias das Deficiências.....	44
Gráfico 10 - Gráfico 10- Salas de Recursos .....	45
Gráfico 11 - Gráfico 11- Professores Especializados.....	47

## LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CESP	Campanha de Educação para os Surdos no Brasil
CNEC	Campanha Nacional para a Educação dos Cegos
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica
CONSUP	Conselho Superior
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Deficiência
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MA	Maranhão
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
PPE-EI	Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da
Educação Inclusiva	
PPP	Projeto Político Pedagógico
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a
Cultura	

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	10
2	A EDUCAÇÃO ESPECIAL SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	13
2.1	BREVE HISTÓRICO .....	13
2.2	APARATO LEGAL BRASILEIRO .....	16
2	A RELEVÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS REGULARES .....	22
2.1	A GESTÃO ESCOLAR INCLUSIVA .....	22
2.2	A RELEVÂNCIA DO GESTOR PARA A EFETIVAÇÃO DAS ESCOLAS INCLUSIVAS .....	28
3	METODOLOGIA .....	35
3.1	PARTICIPANTES .....	36
4	ANÁLISES E DISCUSSÕES .....	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	53
	REFERÊNCIAS .....	55
	APÊNDICES .....	58

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura discutir a temática norteadora da Inclusão Escolar sob a Ótica dos Gestores de Escolas Públicas Inclusivas em Pinheiro – MA, que tem a delimitação o direito à educação, igualdade, o respeito em contextos diversos. Nesse sentido, a problemática desse estudo, Como se dá os desafios da Educação Inclusiva sob a ótica dos Gestores nas escolas públicas na Cidade de Pinheiro. Como hipótese desse estudo, e possível enfatizar o papel e os desafios dos gestores escolares da rede pública inclusiva e crucial para a efetivação em atender crianças deficientes a Educação Inclusiva onde o diretor desenvolver um labor que necessário da união da família e dos membros escolares para obter resultados, utiliza-se ainda as principais leis e decretos que garante o direito de todos a educação, averiguar se as escolas públicas do Município atende crianças com deficiência.

Comenta-se, a respeito desse impasse que a exclusão não é algo recente vem através dos séculos e que é decorrente da sociedade preconceituosa, discriminativa e arcaica. Nesse contexto, evidencia o conceito amplo da educação a ser mais inclusiva sendo algo dinamizador, as escolas como formadoras de cidadãos precisam criar estratégias para se adequar a essa nova clientela, pois os estudantes são o futuro do país e as instituições educadoras vêm garantindo isso, ensinando e alfabetizado com ideologias de respeito, com o próximo e trata-los do mesmo modo sem discriminação.

A princípio para argumentar a perguntar que conduzira toda a pesquisa é necessário trazer o objetivo geral que esse estudo abordar que é analisar o processo da inclusão escolar sob a ótica dos gestores de escolas públicas inclusivas do Município de Pinheiro - MA para o pleno desenvolvimento da inclusão das crianças deficientes na educação básica aos estudantes.

Traz também os objetivos específicos para facilitar esse comprometimento na educação em apresentar primeiramente algumas leis que garante inclusão de crianças deficientes na escola, e faz refletir também o mérito dos gestores em oferecer o ensino inclusivo para as crianças com alguma deficiência na escola pública no Ensino Fundamental, também identificar os problemas que os gestores das instituições públicas do Município na rede básica, tende em oferecer uma educação a ser inclusiva a todos, ademais, discutir ainda o percentual das matrículas de alunos deficientes no ano letivo de 2021 em algumas instituições públicas do Município de Pinheiro- MA.

Esse trabalho foi idealizado pela relevância e de sua importância na sociedade devido ao fato que há crianças deficientes no contexto social e também escolar, a inclusão nas escolas devem estar sendo oferecidas em todos os setores do ensino, visto que é algo que está sendo debatido por vários especialistas e na própria lei garante esse direito, então essa temática surgiu através de 3 pontos de interesse.

O primeiro, o pouco acesso bibliográfico sob a inclusão acerca do município no âmbito científico, assim esse trabalho será útil para futuras pesquisas e também o incentivar e possibilitar olhares ao desenvolvimento inclusivo obedecendo ao que consta nas leis da educação, visto na Lei feitas para sem cumpridas. De fato sendo assim a própria Constituição Brasileira dispõe nos artigos que todos temos os mesmos privilégios a educação, segundo a LDB n.º 9.394/96 em seu art. 58 dispõe a educação como deve ser oferecida preferencialmente nas redes normais do ensino básico para os educandos deficientes.

Além disso, a segunda justificativa seria discutir os anseios e as indagações das escolas públicas no atendimento de crianças deficientes na rede comum do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a preocupação dos gestores em oferecer uma escola inclusa e o ensino eficaz a todos, e a última justifica-se a escolha dessa temática foi justamente a afinidade pelo tema já estudado no decorrer da graduação, onde foi necessário fazer visitas técnicas em algumas instituições escolares do município a respeito dessa temática e o grande impasse era a escassez da acessibilidade em algumas instituições no atendimento às crianças deficientes e também outro ponto seria o déficit de formação dos docentes que lecionam para os deficientes, como são titulados professores de apoio.

A estrutura do trabalho na parte dissertativa está estruturada em cinco capítulos. O inicial aborda a introdução, usualmente traz a temática do estudo, o problema de pesquisa, a pergunta norteadora, a justificativa, os objetivos geral e específico, a metodologia. No capítulo 2 dessa pesquisa aborda a Educação no contexto Especial sob a Ótica da Educação Inclusiva, traz dois subtópicos o primeiro traz o Breve Histórico da Educação dos Deficientes ao longo das décadas e o segundo apresenta, ainda o Ato Legal Brasileiro a leis, os decretos que evidenciam, a Educação a ser Inclusiva em nosso país, garantindo pela Constituição Brasileira a todos, Educação a ser Inclusiva em nosso país, garantindo pela Constituição Brasileira a todos, Educação a equidade e acessível.

No terceiro capítulo apresentar a temática A Relevância da Gestão Escolar para a Efetivação da Inclusão das Escolas Regulares, trazendo ainda dois subtópicos para a contribuição do trabalho, onde o primeiro subtópico apresentar a Gestão Escolar Inclusiva ela necessitar de critérios, critérios necessários para o andamento das escolas onde ofereçam uma Educação de alta qualidade aos estudantes. A gestão necessitar de planejamento, organização, democracia, a participação consciente do colegiado escolar, em que busque a construção da identidade da escola em prol de melhorias e também da própria inclusão de alunos com deficiência, e necessário que o diretor ele trabalhe exatamente com a comunidade nesse exercício para poder ser de qualidade.

No segundo subtópico traz A Relevância do Gestor para à Efetivação em Escolas Inclusivas, pois os gestores têm o papel primordial para estruturar mudanças nas escolas e o coração para criar ações pedagógicas de forma coletiva com todo o corpo pedagógico e da comunidade, na qual possibilitar o caminho para o progresso da própria identidade enquanto escola e garantir a todos uma boa educação.

No capítulo 4 serão apresentados as metodologias para essa construção de maneira clara e objetiva onde foi fundamentado na revisão bibliográfica de autores como Lück (2009), Sage(1999), Carneiro (2006), Libâneo (2003) e Sant'ana (2005), entre outros; algumas leis como:LDB n.º 9.394/96; Lei de Libras n.º 10.436/02; Lei n.º 8.069/90, entre outros. Outro método foi a pesquisa no campo com uma abordagem quantitativa, o lócus do estudo foi realizado em algumas escolas da rede pública do município que atender crianças deficientes no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, os resultados obtidos foi através da aplicação de um questionário, os participantes foram os diretores das instituições escolares.

No quinto capítulo será discutido os resultados encontrados no Estudo de Campo, e as discussões para responder o questionamento (ANEXOS) feito aos diretores em quatro instituições públicas do Município no Ensino Fundamental –Anos Iniciais e as discordâncias encontradas durante a realização dessa pesquisa.

## **2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

### **2.1 BREVE HISTÓRICO**

Falar a respeito sobre educação inclusiva estar muito além de meras palavras e para assimilar o contexto histórico no ensino especial e o passo decisivo para estabelecer uma ponte entre os direitos que as crianças deficientes possuem na sociedade, visto que há ainda preconceitos que a própria comunidade social enquadrar.

No Brasil, educação passou a ser gratuita na rede de ensino no ano de 1959 através da Declaração da Criança onde surgiu os primeiros casos de atendimento às crianças deficientes, mas houve nessa época uma grande marginalização e desrespeito-lhes, pois as escolas não possuem condições de atendimento especial, foi só depois da década de 70 que surgiu o ensino para reabilitação como foi denominado, então as escolas já tinha uma aceitabilidade da inclusão dos estudantes nas salas comuns, porém não houve solução para solucionar esse problema. (FREITAS, 2014)

No decorrer da história Pessoas deficientes eram tratadas a margem da comunidade, não possuíam direitos e eram vistas como aberrações. Além disso, não tinham acesso à educação, nem representa utilidade e vida social em frequentar instituições escolares. Por isso, resultou a necessidade em destrinchar como as crianças deficientes em diferentes contextos da historicidade eram tratadas.

Conforme Fernandes (2007) traz sua contribuição que os primeiros procedimentos realizados aos indivíduos com deficiência foi no período da Antiguidade onde traz ações necessárias para estabelecer que o ser humano daquela época era um ser perfeito, com força sem anomalia e os indivíduos não eram vistos dessa forma eram aniquilados até a morte. Na historicidade o ensino inclusivo deu ao longo das décadas em 2 período o pré-científico e o período científico.

O pré-científico se da com a segregação do extermínio de indivíduos deficientes através das guerras e conflitos armados, além disso, outra explicação atribuída pela sociedade os deficientes que se encaixam no quadro que Fernandes (2007) cita seriam físicos e os mentais quetange indivíduos com anormalidade. No período científico iniciou o século XIX e com abordagem implícita em como trabalhar respeitando e usando metodologias para o tratamento aos deficientes no ambiente social promovendo uma integração de crianças especiais em condutas de caráter educativo de inclusão aos alunos e nas instituições escolares onde possa haver respeito e o aprender.

Segundo Carvalho (2002) traz sua contribuição que os deficientes no Brasil durante a história à Educação Inclusiva se deu segundo o século XVIII, e inevitável discutir que a educação do país deu início com a catequização dos jesuítas aos cativos na fé católica onde houve ideologia com base ao modelo europeu do ensino a pedagoga tradicional numa prática educativa em que o docente usava metodologias disciplinar e autoritária. O ensino não era todos que tinham esse privilégio quem possuíam poder econômico daquele período aristocrático e burguês onde era voltada para formação intelectual e econômico do país, “os mais pobres, caracterizados como carentes ou deficientes, que eram entregues aos asilos, para serem cuidados e alimentados e, em alguns casos, iniciados em um ofício” (CARVALHO, 2002, p.52).

O período de segregação que o autor Fernandes (2007) discutir os primeiros trabalhos de acolhimento a pessoas deficientes, apontou mediante ao século XVI, os abrigos, asilos criados para los beneficia, haja vista e necessário lembrar como eram denominados por aleijados, leprosos, doentes mentais, paralíticos e desequilibrados.

No Brasil e no Mundo sucedeu movimentos, leis e decretos a benefícios na educação Especial onde trouxe direito dos deficientes a frequentarem escolas comuns de maneira igualitária no atendimento. Segundo Barreto (2014) as crianças entre o período da Antiguidade e da Idade Moderna eram considerados como pequenos trabalhadores e não eram vistos como hoje que as crianças têm seus direitos e devem usufruir de sua infância, brincando e ir também as escolas para estudar, na era do capitalismo não havia essa necessidade esse olhar só o serviço braçal, haja vista desde o século XIX houve essa quebra de ruptura.

Conforme Goffredo, no artigo “Educação: Direito de todos os brasileiros” (1999, p. 27 e 28) cita em sua obra que os brasileiros passam a usufruir e a ter os direitos à educação conforme a Constituição de 1824, nesse período o Brasil ainda era Império. Com as reformas nas constituições de 1934, 1937 e 1946 até chegar à constituição mais atual de 1988 constata-se o art. 205, a educação pela lei e um direito de quaisquer indivíduo e uma obrigação do país e da família, como já mencionado.

Em concordância com o art. 5.º que garante a todos aos indivíduos brasileiros ou estrangeiros que vivem no país, todos possuem os mesmos benefícios diante da lei, a vida, saúde, educação, segurança, liberdade. E com essa reformulação houve à necessidade de criar o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 que garante os direitos das crianças e jovens na comunidade. Vale ressaltar o artigo abaixo:

Art. 3.º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990)

Em contrapartida, a legislação da lei assegurar a obrigatoriedade e vem apresentar quem tem esse dever de cumprir segundo que determina na lei no art.4.º

Art. 4.º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Segundo Barreto (2014) cita que entre os séculos XIX e meados ao século XX, surgiram “filósofos, pedagogos e psicólogos” que começaram a questionar sobre ensino aprendizagem para as crianças deficientes o dos mais famosos foi Vygotsky, Piaget, Emília Ferrero, Paulo Freire, Freinet, Montessori, entre outros. Partindo disso, as crianças possuem uma necessidade especial acabavam sendo excluídas e tinham uma certa dificuldade e se encaixar aos padrões que e estabelecido pela sociedade impõe os surdos, cegos, os loucos, dementes era assim que era chamado na época.

Sendo assim, Mendes (2010) o primeiro marco da história no contexto pedagógico as crianças deficientes no Brasil foram através da criação do Decreto Imperial n.º 428 pelo Imperador D. Pedro II em 1854, a instituição de ensino denominada pelo Instituto Imperial para os Meninos Cegos (atualmente Instituto Benjamin Constant e o Instituto dos Surdos-Mudos), localizada no Estado do Rio uma instituição de caráter religiosa e filantrópica, sendo à primeira escola de educação que atendeu e atende criança deficiente.

## 2. 2 APARATO LEGAL BRASILEIRO

Nessa perspectiva, o Aparato Legal Brasileiro no contexto da Inclusão traz o cumprimento em garantir, regulamentar e a normatizar o direito em Educação a todos e também as pessoas deficientes no Ensino Regular, em oferecer atendimentos a todos os níveis educacionais aos estudantes ensino de qualidade e acessível. No Brasil a Educação para todos, só estabeleceu mediante a Constituição Brasileira de 1988, logo após vem o nascimento da Lei de Diretrizes e Base da Educação n.º 9.394/96, e também houve a necessidade da criação do Estatuto das Crianças e dos Adolescentes (ECA) Lei n.º 8.069/90, em que garante o direito exclusivamente das crianças e jovens em poder estudar, outro importante marco para o povo Brasileiro foi a criação da Língua de Sinais n.º 10.436/02 como língua oficial aos surdos e também o Estatuto da pessoa deficiente Lei n.º 13.146/15. Além disso, houve ainda diversas leis que foram implementadas para que sejam cumpridas e possa ser respeitadas.

É evidente que a nossa educação passou a ser inclusiva diante da Constituição de 1988, onde “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, art.3 inciso IV). Conceituar aos art.208 e art. 227 tratam exclusivamente da garantia ao acesso das crianças nas instituições na rede Municipal de ensino, como também no art. 205, onde definia a educação sendo exclusivamente ao direito a todos e a todas.

Com a ideologia da (LDB), conforme a Lei 9.394/96, trata exclusivamente da sistematização educacional, em que vem reafirmar o que consta na Constituição Brasileira o pleno direito na Educação o Estado tem o dever no oferecimento ao atendimento nas instituições públicas, o ensino é dividido em dois patamares da educação regular: que começa pela Educação Infantil, e depois segue o Ensino Fundamental e logo após o Ensino Médio, a segunda divisão vem o Ensino Superior. É para reafirmar essa indagação vem estabelecer no art.º 4, a Educação.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio; (...) (BRASIL, 1996)

Assim, a LDB possui um próprio capítulo que apresentar livremente ideias a respeito na Educação Especial cogita-se, como uma modalidade sendo oferecida para incluir pessoas deficientes, com “transtornos globais” e com “altas habilidades”, segundo o art. 58, além disso, aborda a questão do atendimento especializado se houve necessidade de professores de apoio para o atender os deficientes, esses profissionais devem possuir experiências na Educação Especial e cursos de formação onde traz ainda que as crianças devem estar inseridas nas classes normais, no caso do AEE. De acordo com o inciso § 3º da lei discutir que o ensino inclusivo as crianças devem ser inseridas doravante a “educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4.º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.” (BRASIL, 1996)

É necessário pontuar o ECA, instituído pela lei 8.069/90 é um órgão que compõe o sistema dos direitos básicos dos menores de proteção absoluta: saúde, educação, segurança, lazer, dentre outros e sua principal função é tomar providências em casos de descumprimento com ameaças ou violação que possam sofrer, nos faz refletir intelectual e moralmente.

Além disso, as analogias dessa Lei aplica a todos sem distinção cor, sexo, deficiência, social, economia e também nos faz refletirmos sobre a importância da inclusão garantindo uma Educação melhor. Sendo assim, em seu art. 55 cita a responsabilidade e a obrigatoriedade dos pais em matricular seus filhos nas escolas da rede regular do ensino, direitos a todos. No artigo 54, discorre a obrigatoriedade ao ensino como ações gratuitas e também do AEE.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1990)

Conforme apresentado, o Estatuto da Criança os direitos são assegurados, onde todas as crianças deficientes devem ser respeitadas perante a lei, com isso e destrinchado todas as instituições escolares devem receber os deficientes tanto na rede pública enquanto privada, os alunos têm seus direitos na acessibilidade com adaptação, também na formação continuada dos docentes, matérias acessíveis e adaptáveis ao aluno, sendo a obrigação das instituições e do Estado em fornecer todo o suporte para essas crianças, por Lei e proibido cobrar taxas extras nos colégios particulares de ensino aos deficientes.

O PNE foi criado na Lei n.º 10.172/2001 e tem um percurso com a validade de 10 anos, aprovação em 25 de junho de 2014 e tem como meta a elevação dos níveis de escolaridade da nossa população brasileira para melhorar a qualidade na educação de crianças, no ensino fundamental e voltados aos anos iniciais e finais, o ensino médio e também do ensino superior, o ensino técnico em que deve ser cumprido até ao ano de 2024, estabelece 10 diretrizes, 20 metas a serem alcançadas, outra prioridade trabalhada e a redução das desigualdades sociais e regionais das escolas municipais, e também ações de democratização das gestões do ensino público. Compreende-se que o PNE a Meta 4 discorre consigo dezenove estratégias, que tratam exclusivamente do atendimento especial aos deficientes nas escolas, traduz que:

Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014. p.55)

Essa meta afirma exclusivamente o direito a todas as crianças, jovens ao atendimento especializado no contexto especial entre a faixa etária de 4 a 17 anos com todas as categorias de deficiência, as escolas também deve oferecer o atendimento no ensino comum nas salas regulares para haver inclusão e também ofertar o AEE ao contra o turno de maneira inclusiva.

Na lei que estabelece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) publicada em 2008 que contribui a regulamentação ao ensino a ser de qualidade aos estudantes com necessidade especial aos níveis educacionais de ensino de forma obrigatória nos Municípios de todas as instituições ao atendimento das crianças nas escolas normais devem estar adaptadas e acessíveis para recebê-los no que consta na lei. Essa política educativa ofertar também AEE ao contra o turno, em suma importância da cooperação dos familiares e na sociedade esse método de inclusão e também trabalhar, respeitando suas diferenças e limitações, outra determinação na lei estabelece também formação do docente no atendimento do AEE e de todo o corpo escolar das instituições, algo relacionado aos aspectos da inclusão.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação

dos alunos, considerando as suas necessidades específicas... As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p.16)

Segundo Decreto n.º 5.296/04 regulamentado pelas Leis n.º 10.048/00 e também n.º10.098/00 que prioriza o atendimento das pessoas deficientes e com mobilidade reduzida como prioritário nos estabelecimentos e também promover a magnitude da acessibilidade nesses espaços públicos.

Por fim vem a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) promover o dever da responsabilidade na preservação e a construção enquanto cidadãos os espaços na nossa comunidade com acessibilidades nas ruas e praças, os meios de locomoção adequados para o transporte de deficientes físicos, o uso do braile para assinalizações para os deficientes visuais, os meios de comunicação, as instituições escolares e nos espaços urbanos da comunidade e possa facilitar para os deficientes em locomove-se e ser auto independentes e devem oferecer meios para não haver exclusão.

Conforme, as ideias do Estatuto da Pessoa Deficiente Lei n.º 13.146/15, essa lei trata exclusivamente dos indivíduos deficientes e no capítulo IV que aborda diretamente ao direito educação deles vem compilar no Art. 27 que traduz

“A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”. (BRASIL, 2015)

Além de apresentar que estar incumbido no Estatuto em seu art. 28 traz a obrigação tanto do Estado em afirmar os direitos e também das regalias que as crianças deficientes possuem no ensino, segundo ao preceito:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; (BRASIL, 2015)  
(...)

Nesse artigo, trata em garantir o ensino em todos os níveis educacionais de forma igualitária e acessível, e também oferecer atendimento ao AEE e o oferecimento de Libras como língua oficial aos Surdos, traz ainda medidas educativas individuais e coletivas, pesquisas voltadas a evolução do aluno deficiente e planejamento, recursos, parceria da família nesse processo educacional, o currículo, formações de profissionais no setor de inclusão, acessibilidade escolar, entre outros fatores impostas como direito dos deficientes na sociedade.

Conforme na lei o art. 30 aborda a questão do oferecimento de vagas por cotas nos processos seletivos de faculdades e cursos técnicos aos deficientes, ademais, há medidas serem adotadas para facilitar o ensino ao deficiente tem quer ser acessíveis e adaptadas a cada aluno, há recursos que possibilitam esse atendimento, também traz a ampliação do tempo, são adotadas critérios para a avaliação dos testes avaliativos e todo material deve ser retificado em Libras.

Neste contexto, a Lei n.º 10.436/02 – Lei da Libras como língua oficial de Sinais aos Surdos onde autorizar o dialogo com os indivíduos através dos gestos e sinais eventualmente traduz uma das leis mais relevantes na comunidade surda brasileira. Logo, essa lei apresentar 5 artigos e em cada uma aborda a sua importância em garantir seus direitos e logo no seu primeiro artigo cita uma definição segundo o que seria a Libras.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

É preciso pontuar que esse artigo traz a manifestação do reconhecimento da Libras como língua e como idioma próprio e apresentar inicialmente sua própria gramática e suas diferenças

em relação da disciplina a língua portuguesa bem como sua estrutura. Ademais, com a eclosão dessa Lei houve a necessidade da regulamentação da lei em forma de decreto n.º 5.626 que e apresentado mais detalhamento o que deve ser incumbido para sociedade.

Ademais, temos Lei n.º 12.711/12, que vem ao encontro com o Estatuto do Deficiente que intitula cadastro de vagas nas universidades, cursos técnicos para deficientes onde dispõem em seu art. 1º.

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. (BRASIL, 2012)

Além disso, a **Lei de Cotas** hoje ganha cada vez mais espaço e várias discussões a seu respeito e através dessas cotas houve a grande oportunidade para muitos deficientes adentrarem nas universidades, e nos cursos técnicos então veio possibilitar trocas de experiências que afirmar que todos somos capazes mediante ao antagonismo e aos anseios da sociedade.

No Decreto n.º 7.611/11 trata de modo particular o AEE, crianças deficientes e deve ser atendidos nos níveis educacionais tanto na rede pública quanto na privada, preconiza também a origem de salas de recurso multifuncionais ou sala de recursos pedagógicos como também e conhecido, esse ensino serve como reforço no contra a turno da criança que estuda ao ensino comum, e também para a formação dos docentes e de forma continuada, atendimento com acessibilidade.

## **2 A RELEVÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS REGULARES**

### **2.1 A GESTÃO ESCOLAR INCLUSIVA**

Neste subtópico será destrinchado A Gestão Escolar Inclusiva ela necessitar de critérios, critérios necessários para o andamento das escolas onde ofereçam uma Educação de alta qualidade aos estudantes com ações educativas no labor da inclusão dos deficientes nos ambientes escolares. A gestão necessitar de planejamento, organização e democracia, e da participação consciente do colegiado escolar, em que busque a construção da identidade escolar em prol de melhorias e também da própria inclusão de alunos deficientes, mas necessário quero diretor ele trabalhe exatamente com a comunidade nesse exercício para poder ser de qualidade. Essa pesquisa contou com estudos de autores de Lück (2009), Sage (1999), Carneiro(2006), Libâneo (2003) e Sant’ana (2005) que trazem suas concepções sob Gestão Escolar.

Vale salientar ainda que uma direção democrática corresponde a um bom funcionamento das escolas da educação pública se dá através da participação coletiva do colegiado com abordagens pedagógicas para auxiliar na atuação de incluir, e bom lembrar as políticas de educação nas escolas e voltada exclusivamente aos alunos e oportunizado a educação e devem ser igual a todos mediante aos direitos estabelecidos pela comunidade e cabe o diretor essa mediação entre o corpo escolar, a oferecer educação inclusiva. Lück (2009, p. 21), “[...] os alunos são as pessoas para quem a escola existe e para quem deve voltar suas ações, de modo que todos tenham o máximo sucesso nos estudos que realizam para sua formação pessoal e social.”

A Gestão no processo para o funcionamento da escola sendo de forma organizada, estruturada e cria ações necessárias para o progresso da educação, o diretor ele trabalhara exatamente no gerenciamento dos docentes, dos pais, estudante e do colegiado escolar que possibilita o diálogo e ideias para trabalharem em parceria. Segundo Luck (2009), traz a gestão e sua definição a princípio de planejamento, sendo assim a:

Gestão escolar é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções

próprias no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjuntas efetivação de resultados) e autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informação). (LÜCK, 2009 p. 24).

Além disso, a gestão buscar sistematizar o compromisso com a democracia escolar ao foco no aprendizado a formação das crianças nas escolas e sempre trazem a comunidade nesse labor para poder ser de qualidade. Entende-se o quanto é importante a gestão pedagógica no ambiente institucional, pois segundo essas ideias trabalhar com o planejamento e com propostas no ensino onde estabeleça ideias necessárias para sempre inovar e oferecer algo de qualidade. Segundo Luck (2009), o que seria gestão pedagógica?

A gestão pedagógica é, de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos, conforme apontado anteriormente. Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco. Também para que se realizem como seres humanos e tenham qualidade de vida (LUCK, 2009 p.95)

Ademais, cabe o gestor nessa caminhada pedagógica intercalar procedimentos do ensino aprendizado e trabalhar com a construção da sua própria identidade escolar e do corpo pedagógico e de todos os bem feitos da razão escolar: pais, professores, funcionários, merendeiras e o diretor nessa parceria do Projeto Pedagógico. Segundo as ideias de Libâneo (2003) apresentar o labor em equipe é essencial para todos das indagações sob a gestão inclusiva nas escolas.

O trabalho em equipe é uma forma de desenvolvimento da organização que, por meio da cooperação, do diálogo, do compartilhamento de atitudes e de modos de agir, favorece a convivência, possibilita encarar as mudanças necessárias, rompe com práticas individualistas eleva os alunos a produzir melhores resultados de aprendizagem. (LIBÂNEO, 2003, p.382)

Neste sentido, as escolas tornam-se o pilar para a instrução dos alunos os gestores possuem uma grande contribuição necessária para inclusão de crianças nas escolas, e preciso que ele entenda primeiramente a magnitude da inclusão dos estudantes deficientes e trabalhar em um ambiente que não separa dos demais, mediante a isso implicar criar estratégias para propor a diversidade entre os participantes, o gestor enfrenta desafios para oferecer escolas inclusivas, pois infelizmente vivemos em tempos difíceis e que há uma certa hostilidade por parte de alguns. Nesse cenário, é necessário destacar que o colégio é responsável por educar todos de maneira igualitária, sem discriminação.

O autor Carvalho (2004) traz as concepções de escolas inclusivas uma série de conformidade e desafios para sua construção e traz um leque de suma relevância nesse contexto: o docente nessa caminhada, as escolas devem ser acessíveis, a formação do Docente na área, a inclusão nas salas comuns de ensino com os colegas, adaptação também do currículo, o labor na equipe pedagógica e a família.

As instituições escolares são os espaços para desenvolver habilidades como a atributo para raciocinar, dialogar e respeitar o próximo, tal qual possam ser seres sociais capazes de transmitir de forma sistematizada valores e principalmente trabalhar com o respeito, com o próximo e um dos elementos essenciais para um bom cidadão, e para sua construção enquanto instituição escolar a ser inclusiva e também dinamizadora. Ademais, na direção escolar inclusiva se dá em relação aos valores das pessoas para desenvolver a participação ativa nesse processo de ensino e trazer o comprometimento democrático do diretor, há impasses é necessário haver soluções como a criação de planos pedagógicos para o desenvolvimento da qualidade no ensino.

Segundo SANT'ANA (2005) da sua contribuição no sentido que o gestor como indivíduo que trabalhar com propostas educativas eficazes para labor a inclusão das crianças deficientes ao ensino comum e deixa claro que é necessário promover trocas de ideias para desenvolver uma coordenação democrática com ideologias claras e objetivas

Para a consolidação da atual proposta de educação inclusiva, é necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento dos programas a serem implementados. “Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas” (SANT'ANA, 2005, p. 228).

Gestão para o recinto escolar, e algo cooperativo, um ajudando o outro e dentro da inclusão sendo algo mais gradativo, pois são necessárias articulações tanto da teórica enquanto, na

prática para buscar metodologia para solucionar o impasse e preciso discutir que para ser uma escola inclusiva e necessário que há parcerias entre os sujeitos, sujeitos esses sendo as escolas, Estado, a família também a própria comunidade, nas quais cada um possui seu papel. Vale frisar a instituição e o ponto inicial para estabelecer o envolvimento entre os sujeitos para poder haver uma construção boa com princípios de respeito, igualdade, solidariedade e inclusiva.

Conforme indica Declaração de Salamanca enfatizar a relação da importância de uma boa administração nas escolas como ponto crucial para adaptação e inclusão de deficientes na sociedade.

Administradores locais e diretores de escolas podem ter um papel significativo quanto a fazer com que as escolas respondam mais às crianças com necessidades educacionais especiais desde que a eles sejam fornecidos a devida autonomia e adequado treinamento para que o possam fazer-lo. Eles (administradores e diretores) deveriam ser convidados a desenvolver uma administração com procedimentos mais flexíveis, a reaplicar recursos instrucionais, a diversificar opções de aprendizagem, a mobilizar auxílio individual, a oferecer apoio aos alunos experimentando dificuldades e a desenvolver relações com pais e comunidades, Uma administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores e do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva e de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes. (UNESCO, 1994 p.143)

Diante disso, o autor Sage (1999) contribui a respeito ao gestor e visto como o sujeito que planejar e determinar planos educativos para o melhoramento da escola, mediante para ajudar no suporte da identidade escolar enfatizando em prol as crianças, além disso, ele faz uma correlação com a toda comunidade da escola os pais, estudantes, docentes, funcionários e a regionalidade local.

No âmbito escolar a Gestão é formada por várias funções que agrega a segurança da instituição, a direção é formada pelo diretor, o coordenador pedagógico que traz as arguições para cumprir e equilibrar a instância do PPP da instituição escolar para colocar na prática nas classes, os secretários responsáveis pela parte dos registros, documentos, arquivos das criança e dos funcionários e também dá o direcionamento da parte burocrática. O que seria Gestor Escolar para Paro (2008)

O gestor escolar tem de se conscientizar de que ele, sozinho, não pode administrar todos os problemas da escola. O caminho é a descentralização, isto é, o compartilhamento de responsabilidades com alunos, pais, professores e funcionários. Isso na maioria das vezes, decorre do fato de o gestor centralizar tudo, não compartilhar as responsabilidades com os diversos atores da comunidade escolar. Na

prática, entretanto, o que se dá é a mera rotinização e burocratização das atividades no interior da escola, e que nada contribui para a busca de maior eficiência na realização de seu fim educativo. (PARO, 2008, p.130).

A gestão remete de forma real em gerenciar uma organização em prol a educação sendo de qualidade, então a escola há uma boa organização e bem estruturada, claro que terá ótimos resultados com seus alunos, outro lado se ela não tiver uma gestão boa implicar uma péssima qualidade. Desse modo, o grupo escolar deve-se trabalhar juntos, onde irá promover um conhecimento ao ensino aprendido dos estudantes. Dentro da LDBEN n.º 9.394/96 no capítulo V que fala exclusivamente sob Educação no atendimento especial aluno deficiente na rede pública do ensino, segundo o art. 58 “para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.”

As ideias de Carneiro (2006) apresentar com as de encontro a Sage (1999) quando discutir que os diretores das escolas precisam criar estratégias sobre inclusão de crianças especiais no ambiente educacional, em que possa gesticular com o meio participativo e interativo entre os estudantes, o Gestor precisa usar sua própria equipe pedagógica para atender estudantes deficientes de maneira que possa ter bons resultados.

Segundo dados do Censo Escolar realizado pelo MEC (2004) traz a seguinte indagação aos docentes e gestores o que seria necessário de assistência a uma escola mais inclusiva.

É importante que o procedimento de acesso ao sistema de suporte disponível seja regulamentado pela escola, para evitar que o professor tenha que buscar ajuda apenas por iniciativa própria. A busca por iniciativa própria sobrecarrega o professor e deixa sem suporte o professor que não tem essa iniciativa. No primeiro caso, se fortalece a cultura de que a busca de soluções para problemas no ensino não é responsabilidade da gestão da escola, enquanto que no segundo, penaliza o processo de aprendizagem e o alcance dos objetivos reais da educação. MEC (2004, p. 23)

O dever ao diretor em propor uma ideologia inclusiva para atender deficientes com ações educativas, reuniões com capacidades pedagógicas, propor planos para desenvolver a acessibilidade na própria instituição, trazer à adequação nos currículos adaptáveis, e trazer ainda a família para construir ações de intervenções em pauta da inclusão para trabalhar diretamente com as dificuldades de cada discente, e possa desenvolver uma caminhada atrativa a todos. Na própria Constituição (1988) possibilitar “a gestão democrática”, no art. 206

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;(BRASIL, 1988)

A Constituição de 88, tem o estímulo de uma educação onde todos possuem direitos na sociedade e tem o pleno conhecimento da notabilidade da escola nesse processo, e necessário o arcabouço da democratização escolar como ponto inicial de partida para escola justa e inclusiva em que ira priorizar o trabalho coletivo e dialogada. Conforme a LDB (1996) que traz e definir a Gestão Democrática nos Art. 14 e 15 só evidencia a responsabilidade de todo colegiado em defini escolhas mediante as ações, os quais o diretor traçar o ensino.

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público. (BRASIL, 1996).

A gestão de forma objetiva nos faz perceber que esse labor ele e algo coletivo na tomada das decisões para o bem comum das crianças no ensino aprendizado e vale expor que sempre a favor de incluir todos com ações participativas e traz sempre realidades da circunstância educacionalde cada escola, trabalhar com a necessidade acerca do professor, da criança, e dos pais nessa caminhada para à instrução do projeto pedagógica das escolas.

## **2.2 A RELEVÂNCIA DO GESTOR PARA A EFETIVAÇÃO DAS ESCOLAS INCLUSIVAS**

Nessa temática apontar o valor do Gestor Escolar como personagem primordial para a efetivação de escolas inclusivas, ele é o coração que bate da instituição e o mediador para promover ações pedagógicas de maneira coletiva ao corpo pedagógico e também da comunidade, em que possibilitar caminhos para o progresso da própria identidade enquanto escola em garantir a todos uma boa educação.

O gestor possui grandes aplicabilidades para exercer esse cargo na formação básica que necessário para essa atuação ao Nível Superior, também não ocorre em só em um campo específico e necessário curso em graduação em Licenciatura de Pedagogia e também especializações relacionado Gestão Educacional para trabalhar nessa área. O curso da Pedagogia surgiu através do Decreto na Lei n.1.190/39 com o decorrer dos anos houve várias reformulações no curso, também a obrigatoriedade do gestor possuir essa formação. Conforme o MEC apresentar as Diretrizes Curricular do Curso de Pedagogia através do CNE/CP n.º 5/2005 em seu art. 4

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Nesse sentido, as Diretrizes do Curso para instrução possuiu vários leques e acabou se tornando o lócus para estudo dos discentes nas classes regulares, mas o principal cargo desses

futuros professores no serviço de ensinar crianças na educação Infantil e também o Ensino Fundamental, anos iniciais, para atuação em outra área do curso e necessário especialização.

Luck (2009) aborda o interesse do gestor no âmbito escola, pois nos proporcionar condições necessárias para o estudante seja leigo e que goste de estudar e evidente que o diretor desenvolve vários leques em prol do seu aluno ao ensino, haja vista outra ponte que ele intermédia são os docentes, sem professor nas classes não possui resultados, então o gestor planejar, articular as escolas em manter o seu bom desenvolvimento, traz também a ideia de pai – incentivar, inspirar, motivar, os estudantes e toda equipe do colegiado.

A própria Gestão Democracia nas escolas trabalhar com princípios éticos dando a voz e a participação de todos nesse labor de forma coletiva para o bem comum das crianças no exercício de aprender nas classes. Santos (2002) aborda sobre o educador como sujeito de magnitude diz que:

O educador não é um trabalhador qualquer. Seu campo de ação é o ser humano, com sua expectativa e projetos de vida, que merece todo respeito. Mais que um trabalho, é uma missão, uma vocação. Difícil desempenhar dadas as condições precárias, o descaso governamental, o próprio descrédito e desprestígio da escola. Porém um trabalho inadiável e imprescindível. A criança, o jovem, o adulto aí estão. Sofrendo, como o professor e o diretor, injustiça a violência, a carência e todos os problemas de um sistema. (SANTOS 2002, p. 58-59)

Em virtude disso, o desenvolvimento para uma gestão mais democrática nas instituições se torna essencial para o sistema educacional das crianças, jovens, haja vista o docente e um personagem que agrega valores e conhecimentos, e instiga seu aluno a ser um ser pensante e criativo. Santos (2002) descreve ainda os maiores desafios que os educandos enfrentam e a própria democracia com abordagens no ensino público onde perpassa quando autor cita “os descasos do governo”.

O gestor é considerado como líder onde possui um cargo hierárquico para poder trazer ações conjuntas ao professorando serem projetos de ação conjunta da sociedade escolar em prol a qualidade na educação, este fato nos faz refletir também o gestor sempre trabalha em serviço da própria comunidade escolar, ou seja, é algo transformador, e corriqueiro, ele sempre pensa o melhor aos seus alunos para eles poder ter incentivos de voltar diariamente.

Ademais, Luck (2009) trabalhar com a linha de pesquisa na troca de idealizações entre os gestores de outras instituições escolares para possuir práticas de ensino diversificadas com os estudantes, a autora traz ainda que essa troca traz mudanças significativas para o acréscimo educacional, o que meu aluno deficiente tenha dificuldades, e eu como diretora ou professora tenho essa preocupação em que ele aprenda então essas estratégias são essências para formação pedagógica na classe e também fora dela.

O diretor educacional para a LDB n.º 9.394/96 no enfrentamento de oferecer atendimento especializado a deficientes matriculados na instituição e algo desafiador, vale ressaltar quando discutimos ações de inclusão escolar estar muito além das adaptações das acessibilidades nos espaços físicos, mas também ao currículo de ensino estratégias pedagógicas para o labor com a evolução de todos nesse processo, o diretor e esse mediador. Nesse contexto no art. 14, traduz

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Considerando a LDB n.º 9.394/96 no art. 14 sobre a sistematização do ensino, onde apresentar regras que possam ser cumpridas para propor “gestão democrática” nas escolas, em que possibilitar demandas educativas para fortalecer o compromisso às crianças o ensino social de qualidade, trazer concepções de condutas humanas de respeito e igualdade como próximo. Assim, também e construído Projeto Pedagógico que e a própria identidade da escola, e com a construção a base da colaboração de todos da sociedade escolar e local, isso sim, democracia e respeito com a sapiência.

A concessão do Santos (2002, p. 41) trata abaixo três ações necessárias para o bom funcionamento da escola, quer infelizmente em alguns assuntos não desenvolvidas como deve ser.

1. Efetivando a gestão participativa, envolvendo todos os profissionais da escola no planejamento das atividades nos aspectos administrativos, pedagógicos, políticos e éticos;
2. Solucionando a insatisfação dos profissionais devido à sensação de impotência

e inutilidade diante do fracasso da escola em educar as novas gerações;

3. Conscientizando todos de que somente a prática participativa e democrática pode provocar mudanças significativas e benéficas para a escola. ( SANTOS 2002, p. 41):

Segundo Santos (2002) traz as atribuições necessárias que já foi abordado anteriormente, mas vale ressaltar ainda que essas instituições nos proporciona aprendizagem e conhecimento. E na responsabilidade do gestor nessa caminha em suma relevância, mas traz ainda que não e do diretor que o colégio precisa, e necessários dos docentes para lecionar, dos pais para acompanhar e ajudar seus filhos, das merendeiras para fazer o lanche, o autor aborda que precisar haver a participação de todos no corpo escolar nessa trajetória.

O autor cita soluções para combater o fracasso que os docentes vivencia no contexto social entre as décadas na alfabetização dos estudantes em diferentes contexto e algo preocupante, pois a cada tempo a escola receber clientelas diferentes e precisar adaptar-se a realidade de cada pessoa, ou de cada época. Traz ainda a concepção do gestor sempre bater na tecla que somente no trabalho coletivo entre os sujeitos vai haver possíveis soluções e resultados concretos a respeito de atendimentos de inclusão, participação, respeito, em que todos possam aprender.

Para Sage (1999) os diretores escolares possuem um perfil, e esse perfil que determinar o próprio alicerce onde planejar, determina ações coletivas para o melhoramento dos estudantes e também da instituição. Ademais, o gestor também estar em frente para responder e determinar ações, essas ações serão planejadas de modo coletivo para colocá-las em prática, o exemplo seria oferecer uma inclusão nas escolas o objetivo central são as articulações necessárias ao gestor para promover possíveis soluções.

O autor Sage (1999) discorre que o diretor tem grande relevância para promover transformações para facilitar a inclusão de crianças nas classes e no ambiente escolar e necessário frisar que e o dever de todos nessa caminhada o gestor estar como mediador para encorajar o colegiado escolar, e encerrar os medos e as mudanças para trabalhar nas salas à inclusão de todos.

E necessário discutir SANT'ANA (2005) a grande relevância do gestor e dos docentes no colegiado escolar e possui funções essenciais na efetivação do desenvolvimento da inclusão

nas classes comum e trazer auxílios de assistências de ações educativas para estabelecer princípios e valores étnicos.

A própria relevância dos diretores das escolas mediante do papel e da efetivação da inclusão das crianças deficientes no recinto escolar onde e cabível trabalhar com a parceria coletivas da família e também de toda comunidade local com os estudantes, na qual possa trazer reflexões assistias em prol do ensino a ser de qualidade. O diretor precisa que a instituição seja dinamizadora e buscar sempre criam estratégias sempre voltadas aos alunos, pois eles são o futuro do nosso país. Para Sousa (2009) traz um excelente trabalho a respeito ao gestor.

“a gestão atrela-se ao papel do gestor pedagógico na vida cotidiana da escola. É fato que ao gestor cabe a apropriação dos ideais de atendimento à diversidade da escola inclusiva, fazendo-se necessário adotar metodologias de trabalho compartilhado, abandonando-se as tradicionais formas de planejamento fruto de trabalhos técnicos isolados”. Neste contexto, cabe aos gestores um acompanhamento diário das atividades realizada. (SOUSA, 2009, p. 2247)

O sistema da escolarização de crianças nas escolas e algo que exerce grande influência na sua vida e desenvolver seu processo cognitivo e intelectual enquanto cidadão. Então o gestor possui essa preocupação quando labor com inclusão de crianças deficientes não e algo fácil, mas também e necessário a inclusão deles, nas salas comuns sempre respeitando suas limitações, criandorecursos lúdicos para esse processo.

Romper com a escola tradicional foi um dos passos decisivo para melhorar ações educativas na educação, pois esse método tradicionalista era baseado na repetição e na memória e o educando era visto como centro do conhecimento do aluno era um ser dotado de medo, moldado e não possuam opiniões próprias. Quebrando os paradigmas dessa concepção educacional, o Gestor é chefe para não voltar com essas metodologias tradicionais, assim ele e o responsável para o bem comum da escola tomando decisões sensatas para poder conduzira inclusão nesse segmento.

Com base a autora Sant’Ana (2005) *Apud* (Schaffner & Buswell, 1999) aborda o ofício do gestor nesse contexto da inclusão.

Diante da orientação inclusiva, as funções do gestor escolar incluem a definição dos objetivos da instituição, o estímulo à capacitação de professores, o fornecimento de

apoio às interações e a processos que se compatibilizem com a filosofia da escola (SANT'ANA, 2005, p. 228 *Apud* Schaffner & Buswell, 1999)

Atualmente, no meio escolar é muito comum professores não terem formação no setor Inclusivo da Educação, ou até mesmos os profissionais sentem inseguros de receber uma criança deficiente nas classes. No entanto, ainda há falta de conhecimento e também poucas habilidades com o assunto requer sérios problemas a ambos, então necessário o diretor estar ciente disso e incentivar seus funcionários a procurar sempre cursos de preparação.

Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (MENDES, 2004, p. 227)

Além disso, a sapiência da inclusiva como próprio nome já diz, incluir e respeitar os indivíduos com suas deficiências e limitações na escola e provedora para receber e atender todos e incluir da mesma maneira.

Diante disso, a grande importância do labor do gestor ou “administrador” com SANT'ANA (2005) apresentar e de cunho social para as escolas e evidência os deveres para a concepção de uma instituição inclusiva, em que essa preocupação de atender todos os pequenos, sem distinção da sua situação física e sem preconceitos.

Sabemos que o ofício do Gestor no cumprimento em oferecer educação inclusiva sendo vital e também desafiadora, pois a caminhada é longa, vale salientar a notoriedade da democratização ao acesso às instituições escolares no cenário atual se encontram no centro das atenções, haja a vista a educação e um dos pilares essenciais para a instrução moral e ética do cidadão e da própria comunidade.

Diante disso, o gestor enfrentar dificuldades para sua efetivação no contexto, educação inclusiva nas escolas públicas em especial, e para seu enfrentamento o grande impasse dessas instituições sendo a primeira da acessibilidade nos espaços físicos para os deficientes, traz a reflexão com a definição acessibilidade segundo a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência” – LBI, no art. 3.º, inciso I

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: **possibilidade e condição** de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2015, grifo nosso)

E, a partir daí outro desafio aos gestores e no enfrentamento e na colaboração dos pais nessacaminha, primeiro por não aceitar que seus filhos possuem alguma necessidade. Em alguns casos as crianças deficientes entram nas escolas e não possui um diagnóstico do médico e nem os próprios pais não possuem informação, mas também da vivência escolar os docentes e diretores começam a criar estratégias para que os jovens possam se desenvolver, ou seja, cada criança tem o seu tempo em aprender no decorrer da sua vida letiva à criança demonstrar traços de dificuldades em aprender e a socialização aos demais, e necessário dialogar e trabalhar sempre com respeito a inclusão.

### 3 METODOLOGIA

Para a construção da coleta dos dados dessa pesquisa, Gil (2008) esquematiza a pesquisa em etapas, a sua estrutura metodológica utilizada e como base na questão norteadora desse estudo para questionar essa problemática foi utilizada o objeto da pesquisa bibliográfica e de campo, que possibilitar um arcabouço teórico de informações, traz a prática para saná-las de modo que venha evidenciar esse trabalho.

Conforme Croker (2009) afirma a pesquisa possibilita resultados através da abordagem qualitativa buscando trazer informações para serem analisadas.

Fazer pesquisa qualitativa é analisar e interpretar os dados, refletir e explorar o que eles podem propiciar buscando regularidades para criar um profundo e rico entendimento do contexto pesquisado. Pesquisar requer profunda habilidade na coleta de dados e uma escolha metodológica que proporciona uma estrutura para o processo de pesquisa. (CROKER, 2009 p. 04)

No capítulo 2 e 3, foi construído através da “pesquisa bibliográfica é desenvolvida segundo o material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, segundo (GIL, 2008, p.50). Para promover a construção desse estudo da pesquisa bibliográfica contou em apresentar primeiramente algumas leis que garante inclusão de crianças deficientes na escola como: a LDB n.º 9.394/96; também a Lei de Libras n.º 10.436/02; traz ainda a Lein.º 8.069/90, dentre os decretos citados foram: Decreto n.º 7.611/11, Decreto n.º 10.048/00; também foram consultados autores como: Lück (2009), Sage (1999), Carneiro (2006), Libâneo(2003) e Sant’ana (2005), entre outros.

Depois de todo o levantamento bibliográfico do estudo a segunda parte do desenvolvimento foi a pesquisa de campo feito por de entrevista com aplicação de questionários, escolher esse instrumento de pesquisa foi com base na pesquisa bibliográfica através da importância do Diretor nessa caminhada em propor escolas inclusivas. “A pesquisa de campo possuem desvantagens pesquisa, pois a gesticulação verbal do participante pode demonstrar respostas falsas no decorrer da entrevista” (LAKATOS; MARCONI; 2003, p.189).

Conforme Gonsalves (2001) essa pesquisa conta com amostras e não com probabilidades e traz conceito de pesquisa como:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]. (GONSALVES, 2001, P.67)

A amostra populacional a ser investigada são os gestores e discutir ainda o percentual das matrículas de alunos deficientes no ano letivo de 2021 em algumas instituições públicas do Município de Pinheiro- MA, através da entrevista e aplicação de um questionário (ANEXO) aos diretores ainda vem identificar os problemas que os gestores das instituições públicas do Município na rede básica enfrentam para oferecer o ensino inclusivo para as crianças com alguma deficiência nas instituições públicas do Município, mas para levantar esse dado foram feitas visitas nos dias 10, 11 e 12 de janeiro do ano de 2022 de modo presencial aos turnos matutino e vespertino nas instituições. Para Minayo (1994) traz sua contribuição a respeito sobre a entrevista no labor de campo e sua importância para a pesquisa:

A entrevista é o procedimento mais usado no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos autores sociais. Ela não significa uma conversa de forma despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos autores, enquanto sujeitos objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva. (MINAYO, 1994 p.26)

A entrevista é uma das maneiras em que o pesquisador tende de estar neutro nas indagações dos entrevistados, onde eles vivem a situação problema e com o questionário eles próprios refletem a situação que vivem é uma maneira que os sujeitos reflitam para não viver no comodismo. O questionário foi aplicado em 4 instituições escolares da rede municipal Ensino Fundamental – Anos Iniciais aos Gestores localizado o Município de Pinheiro, as visitas nas instituições foram realizadas durante o período de férias das crianças e dos educandos na escola, houve também entrave na realização da pesquisa em parte de algumas instituições.

### **3.1 PARTICIPANTES**

Os participantes entrevistados para a pesquisa foram os gestores de 4 instituições escolares públicas da Cidade do Município de Pinheiro – MA do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, para obter esses dados de crianças deficientes matriculados no ano de 2021 na instituição. Logo abaixo será apresentado 2 tabelas, a primeira tabela, dados sobre as instituições e a segunda tabela dos participantes entrevistados.

Tabela 1- Escolas

<b>Instituição de Educação Básica</b>	<b>Zona</b>	<b>Identificação dos gestores</b>	<b>Número de educandos com deficiência</b>
<b>Escola 1</b>	Urbana	<b>Participante 1</b>	01
<b>Escola 2</b>	Urbana	<b>Participante 2</b>	03
<b>Escola 3</b>	Urbana	<b>Participante 3</b>	02
<b>Escola 4</b>	Urbana	<b>Participante 4</b>	02

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2022)

Mediante dados da tabela acima apresenta a amostra do nome das instituições como: Escola 1, Escola 2, Escola 3, Escola 4, que se disponibilizaram para ser realizado a pesquisa, a zona de localização das instituições todas na Zona Urbana do Município de Pinheiro, e depois a identificação dos Gestores das instituições por nomenclatura como: Participante 1, Participante 2, Participante 3 e Participante 4 que será abordado no decorrer do trabalho para facilitar a melhor compreensão e também para preservar a identidade da escola e do entrevistado. Além disso, apresenta o percentual de crianças deficiências matriculados que foram pesquisadas nas escolas no ano letivo de 2021 e o total encontrado nas quatro instituições públicas no Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Tabela 2- Gestores

<b>Gestores</b>	<b>Faixa etária</b>	<b>Sexo</b>	<b>Formação em Educação</b>
<b>Participante 1</b>	46 a 50	Masculino	Graduação
<b>Participante 2</b>	36 a 45	Feminino	Especialização
<b>Participante 3</b>	46 a 50	Feminino	Especialização
<b>Participante 4</b>	36 a 45	Feminino	Especialização

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2022)

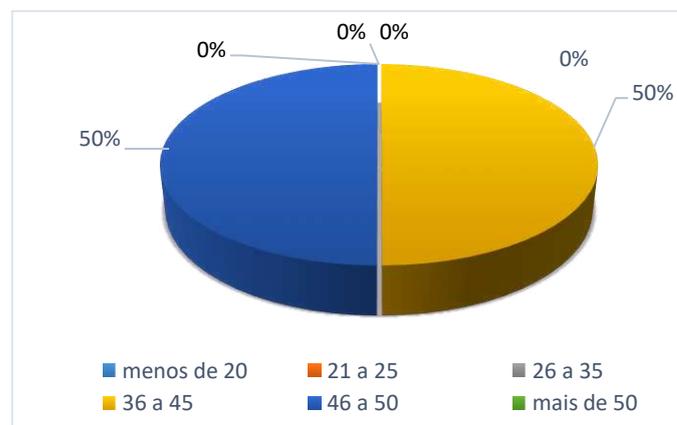
A tabela 2 acima apresenta a amostra os participantes da pesquisa o nome dos Gestores da escola por meio da nomenclatura (Participante 1, Participante 2, Participante 3 e Participante 4), e sua faixa etária de cada voluntário e por último o sexo deles ( Masculino e Feminino), onde consta que 3 são do sexo feminino e 1 sexo masculino. E traz ainda Formação em Educação dos entrevistados em Graduação e Especialização.

#### 4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Diante disso esse tópico, emerge os dados obtidos para a cumprimento desse estudo através da aplicação do questionário realizado em 4 Escolas da Rede Municipal de Pinheiro do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, nos dias 10, 11 e 12 de janeiro de 2022 os sujeitos entrevistados foram os diretores das instituições onde contou com 14 perguntas semiestruturadas onde foi realizado nos turnos matutino e vespertino, os dados obtidos para essa pesquisa foi do ano letivo de 2021 do percentual de matrículas de alunos deficientes. Vale ressaltar ainda que foram visitadas 9 escolas da rede Municipal, onde ocorreu alguns impasses para efetivação dessa pesquisa, a primeira foi algumas escolas não possuem crianças deficientes, outro ponto seria crianças matriculadas nos Anos Finais do Ensino Fundamental, por último uma escola o diretor utilizou de desculpas para não responder o questionário.

Logo abaixo será apresentado as questões norteadoras que embasam esse estudo. Conforme pode ser observado no gráfico seguinte:

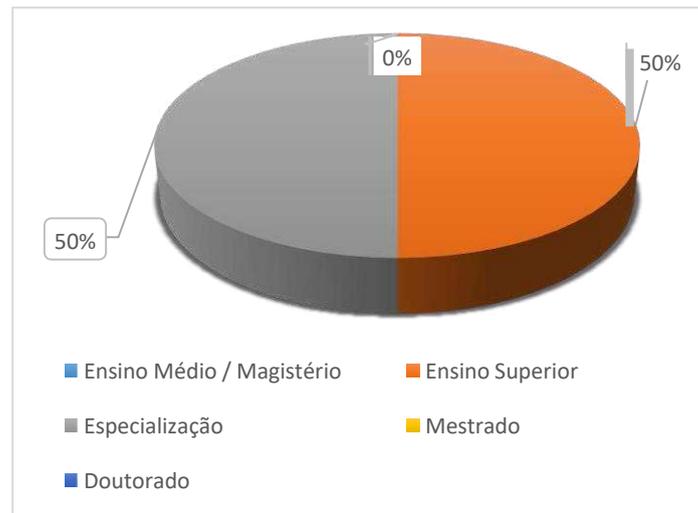
Gráfico 1 - Idade



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2022)

O questionário aplicado aos diretores aborda dados pessoais, dos quais podemos citar a diferenciação por sexo ( Masculino e Feminino) . Logo, demonstramos os resultados que o **Participante 1**: Masculino, e os **Participantes 2, 3 e 4** são do sexo Feminino. No gráfico 1 apresentar a estimativa da idade dos participantes entrevistados da pesquisa o **Participante 1 e o 3** estão entre 46 a 50anos conforme o gráfico apresentado são 50%, o **Participante 2 e o 4** estão entre 36 a 45 anos os outros 50%, conforme dados do gráfico. Além disso, traz a seguinte pergunta a **Formação** dos Gestores das escolas Municipais

Gráfico 2 – Gráfico 2- Formação



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2022)

Nesse gráfico vêm mostrar a formação acadêmica dos entrevistados, na qual todos possuem algum graduação ao nível superior em Pedagogia, Letras, e Filosofia. Além disso, vale salientar ainda que o **Participante 1 e o 3** possuem Especialização um em Educação e o outro em Gestão. Segundo dados do gráfico a grande relevância da formação para trabalhar como gestores, professores e algo necessário, pois a lei da LDB n.º 9.394/96, estabelece no art.63

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental [...]. (BRASIL, 1996, n. p.)

A importância da qualificação dos professores, diretores quem trabalha na rede básica de ensino são essenciais, pois possuir nível Superior, ou até mesmo em qualquer área, um profissional bem qualificado e notável que produziram bons resultados na Educação e vital por que e onde alfabetizar crianças de diferentes faixa etárias. Por isso houve os anseios dessa pergunta para os entrevistados. A seguinte pergunta ***Você cursou alguma formação na área da Educação Especial/Inclusiva?***

**Resposta do Participante 1:** Educação Especial, Braille

**Resposta do Participante 2:** Não possui

**Resposta do Participante 3:** Não possui

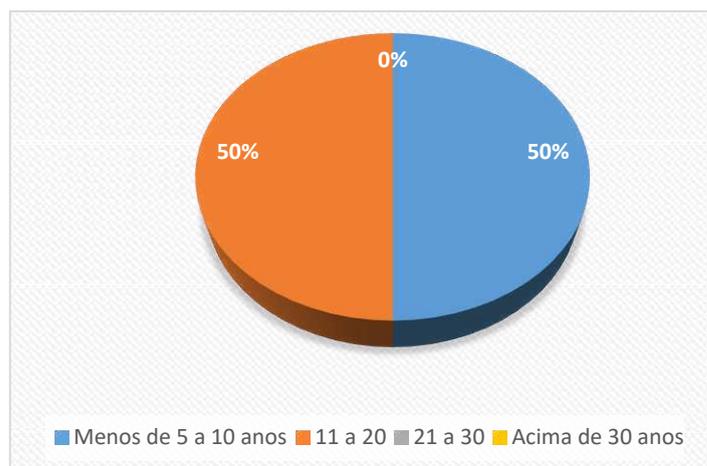
**Resposta do Participante 4:** Palestras, Educação Inclusiva

Segundo as respostas dos **Participantes 1 e o 4** possuem alguma formação no setor de Educação Especial, o primeiro com “Educação Especial” e “Braille”, no que refere ao outro possui formação em “Palestra” e também com a “Educação Inclusiva” e eles dialogaram que já trabalharam como Professores de Apoio no ensino comum antes de se tornar diretores. Segundo as respostas do **2 e 3 Participante** responderam que não possuem formação acadêmica de inclusão.

Diante disso, a dimensão da formação dos docentes, diretores e de todo o corpo escolar em ter cursos em formação na Educação Inclusiva, representar a credibilidade que os espaços escolares estão ganhando progressivamente espaço de inclusão na sociedade. E uma escola que não possui uma boa estrutura física, funcionários capacitados só demonstra o despreparo e o escasso da educação. Para o autor Aranha e Silva (2005) estabelecer que a escola deve ser um ambiente prazeroso entre os estudantes e os docentes na educação especial e inclusiva de modo que um ajude o outro nessa caminhada e que somente assim possa estabelecer um progresso no ensino.

No decorrer da entrevista houve a instância da seguinte pergunta *Quantos anos de atuação no Ensino Fundamental?*

Gráfico 3- Atuação no Ensino Fundamental

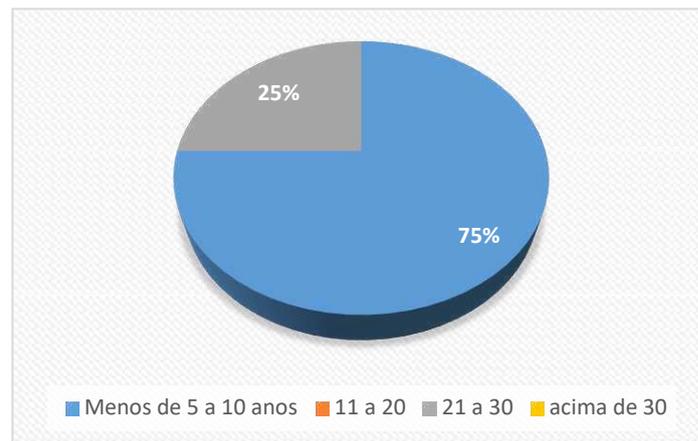


Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2022)

Nesse questionário implica na atuação dos gestores enquanto professores na atuação do Ensino Fundamental, as respostas apresentadas no gráfico o **Participante 1 e 2** responderam menos de 5 a 10 idade de atuação, já os **participantes 3 e 4** foram entre 11 a 20

tempo de atuação. Podemos enxergar que todos os entrevistados já tem uma certa experiência em docência na educação. Assim, a figura abaixo, esta relacionada a seguinte questão, ***Quantos anos de atuação como Gestor (a) no Ensino Fundamental?***

Gráfico 4 - Gráfico 4- Atuação de Gestora



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2022)

Observa-se ao gráfico que há 4 alternativas correspondentes a questão do ano de atuação enquanto Gestor da Instituição, mas os voluntários responderam o seguinte:

**Resposta do Participante 1:** Menos de 5 a 10 anos

**Resposta do Participante 2:** Menos de 5 a 10 anos

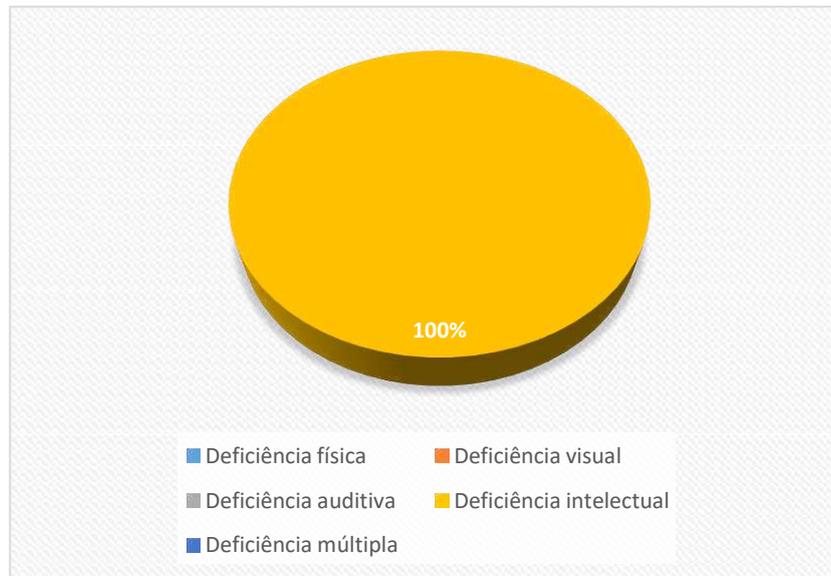
**Resposta do Participante 3:** Menos de 5 a 10 anos

**Resposta do Participante 4:** 21 a 30

Conforme, coletado os **Participantes 1, 2 e 3** possuem menos de 5 a 10 anos e o **Participante 4** entre 21 a 30 anos. O seguinte questionamento sobre os alunos deficientes, pergunta: ***Há alunos matriculados com deficiência dados do ano de 2021? Em caso positivo, relacione o quantitativo abaixo.***

Nessa parte do questionário será destrinchado por escola pesquisada, a quantidade de alunos deficientes matriculados no ano de 2021 e para melhor visualização cada um terá um gráfico para o melhor entendimento. A primeira Escola Municipal o Participante 1, respondeu haver criança deficiente. No gráfico abaixo representar a quantidade e a deficiência encontrada.

Gráfico 5 – Gráfico 5- Deficiência Intelectual

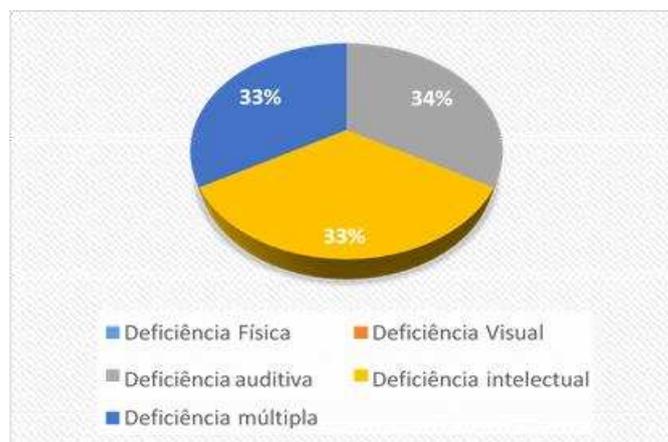


Fonte: Dados da pesquisa realizado pela autora (2022)

A escola pesquisada atende crianças deficientes, no gráfico apresentar 1 criança que possui Deficiência Intelectual na cor amarelo e estar matriculado no 5º ano do Ensino Fundamental – Anos Inicias, vale discutir que a escola ainda possui crianças deficientes só que estão nos Anos Finais.

No gráfico de pizza a baixo traz dados da **Participante 2** Escola Municipal voluntaria onde também possui crianças deficientes matriculadas no ano letivo de 2021, no total de 3 crianças deficientes em salas diversas.

Gráfico 6 – Gráfico 6 - Deficiências

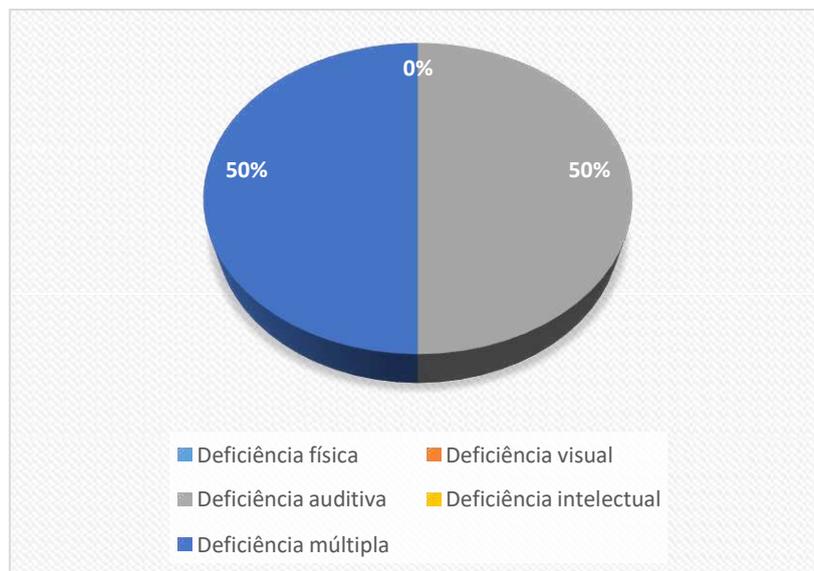


Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2022)

Conforme a representação do gráfico, os deficientes que a escola atende estão matriculados no 5º ano Turma/A à Deficiência Auditiva que estar representando na cor cinza; e no 5º ano Turma/B com a Deficiência Intelectual representado na cor amarelo e a terceira crianças estar no 2º ano Turma A com a Deficiência múltipla na cor azul.

Ademais, a Resposta do **Participante 3** constar que sim, atende crianças com necessidades dentro dessa pergunta vem o seguinte gráfico onde apresentar as categorias das deficiências dos deficientes.

Gráfico 7 – Gráfico 7- Pessoa com Necessidade Especial

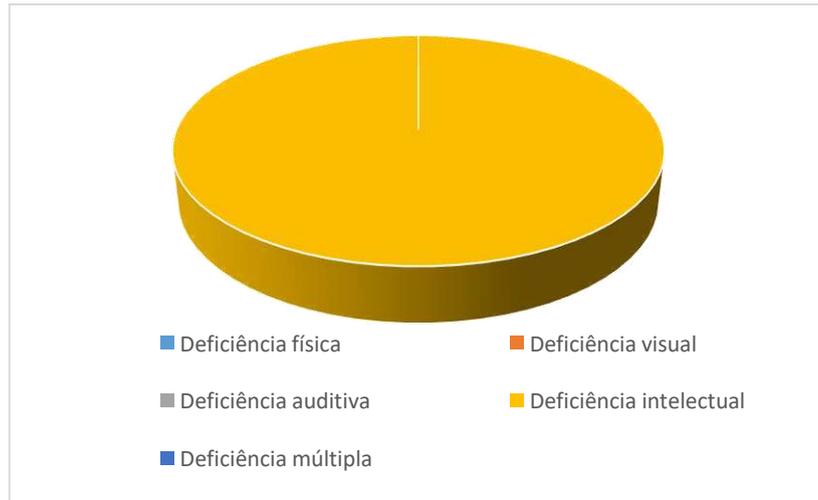


Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2022)

Com base nos dados do gráfico a acima possuem 2 crianças deficientes a primeira a Deficiência auditiva que estar no 1º ano Turma B com a representação da cor cinza, e a outra com a Deficiência múltipla matriculada no 3º ano Turma A na cor azul.

A resposta do **Participante da 4** a Escola do Município, também atende crianças deficientes e a única escola que atender somente o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e possui 2 crianças com deficiência matriculadas.

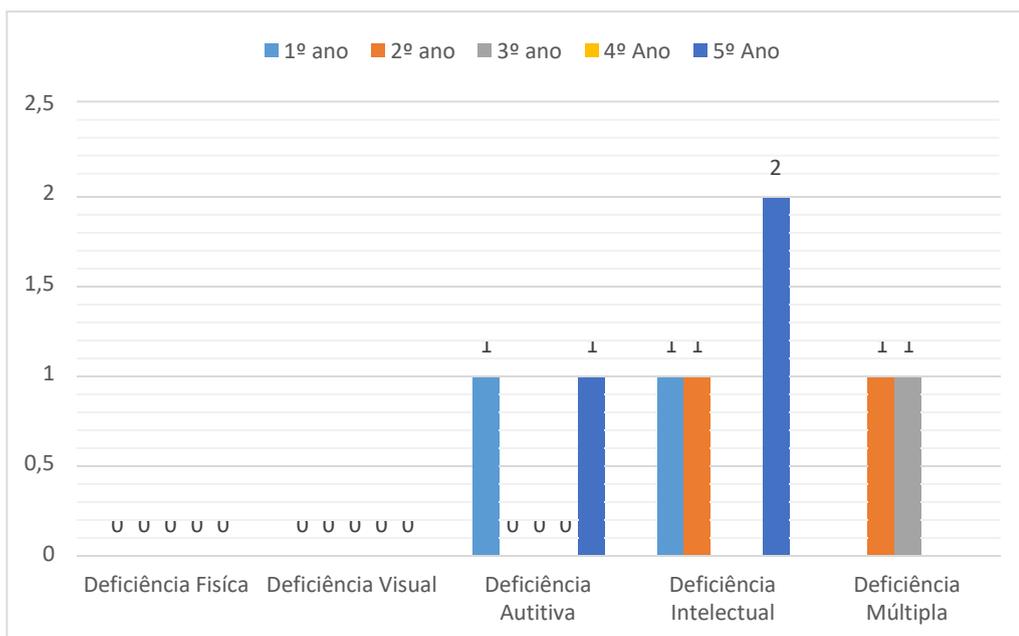
Gráfico 8 – Gráfico 8- Pessoa Deficiente



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2022)

A escola só possui crianças com Deficiência Intelectual que estão representando na cor amarelo do gráfico, um está matriculado no 1º ano e a outra no 2º ano do Ensino Fundamental. Com referência a questão houve a necessidade de a autora em trazer um gráfico representando todas as 4 instituições Municipais com crianças que possuem deficiência para mostrar a maior clientela de estudantes que as escolas atendem da Baixada Maranhense.

Gráfico 9 – Gráfico 9- Categorias das Deficiências



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2022)

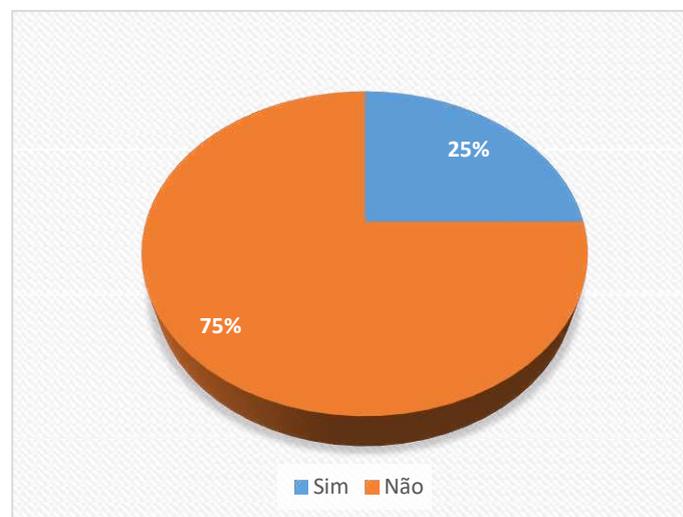
Nesse gráfico traz dados de todas as deficiências que estão matriculas do 1º ao 5º do Ensino Fundamental – Anos Inicias:

A Deficiência Física e a Deficiência Visual não possuem crianças matriculadas em nenhuma escola, já na Deficiência Auditiva possuem 2 crianças, 1 no 1º e outra no 5º. Na Deficiência Intelectual possui 4 crianças matriculadas uma no 1º ano, 2 no 5º ano do Ensino Fundamental e uma no 2º ano. Na Deficiência múltipla tem 2 crianças uma no 2º ano e a outra no 3º ano. Dados esses repassados dos diretores das escolas, onde houve total de 8 crianças matriculadas no Ensino Fundamental – Anos Inicias, além disso, a **1, 2 e o 3** Participantes no decorre das entrevistas foram apresentados haver ainda há crianças com deficiências matriculadas no ano letivo de 2021, todavia estão no Ensino Fundamental – Anos Finais.

Sobre a seguinte Pergunta: *Nessa instituição possui alguma sala de recursos multifuncionais?*

Com relação aos participantes a **Resposta do Participante 1** respondeu que sim possui uma sala multifuncional, em que o diretor cita que as crianças deficientes elas são inseridas nas salas comuns e alguns dias as semanas elas vão para a sala de Recursos como reforço a mais para seu aprendizado. Já as **Respostas dos Participantes 2, 3 e 4**: não possui essa sala nas escolas. Como mostrar no gráfico abaixo:

Gráfico 10 - Gráfico 10- Salas de Recursos



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2022)

Segundo o MEC a criação das Salas Multifuncionais surgiu pelo interesse de melhorias na Educação Especial, essas salas vieram para ofertar no AEE, como ensino complementar para os deficientes onde e oferecido no horário que as crianças não estão matriculadas nas classes comuns de ensino. Além disso, o MEC criar um Manual de Orientação para implantar as Salas de Recursos nas escolas, esse manual e para as escolas possuem um norte necessário de quer e preciso, e os critérios estabelecidos para a instalação das salas.

A criação das Salas foi através das concepções pedagógicas da Resolução CNE/CEB n.º 4/2009 traz articulações ao AEE que e oferecido nas dependências das salas na garantia do atendimento de crianças deficientes, para melhorar um ensino de qualidade e oferecer um atendimento a mais para essas crianças, conforme o Art. 5.º, seu objetivo e “[...] promover condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial no ensino regular” (BRASIL, MEC/SEESP, 2010, p. 4)

Com isso, a pergunta feita aos entrevistados: *Qual é a sua opinião a respeito na educação inclusiva?*

**Resposta do Participante 1:** Sabemos que a educação inclusiva ela tem como o resgate do aluno que precisa estar em sala de aula e muitas vezes não está e o meio de resgate deste aluno.

**Resposta do Participante 2:** A minha opinião é que as crianças devem ter os mesmo direito que as outras de forma que todos possa viver de uma forma sem inclusão.

**Resposta do Participante 3:** Enquanto gestora devemos sempre aceitar a todos, dependente de ter deficiência ou não.

**Resposta do Participante 4:** E uma modalidade de ensino que veio para incluir crianças deficientes no âmbito escolar com as demais crianças.

E de fundamental importância conceituar Educação Inclusiva pelos funcionários da educação é algo dinamizador quando citamos a própria Constituição de 1988, onde diz que todos possuem os mesmos direitos iguais, ele diz todos, incluir crianças deficientes ou sem deficiência ao ensino comum consideração, Inclusão não é simplesmente colocar um discente deficiente dentro

de uma instituição não são apenas números, são pessoas que possuem direitos como qualquer outro e cabe a escola a procura intermediar estratégias para oferecer um ensino inclusivo de qualidade do processo educativo aos estudantes.

Ao analisar as ideias de Henrique (2012) ele cita o que é necessário para promover uma escola inclusiva

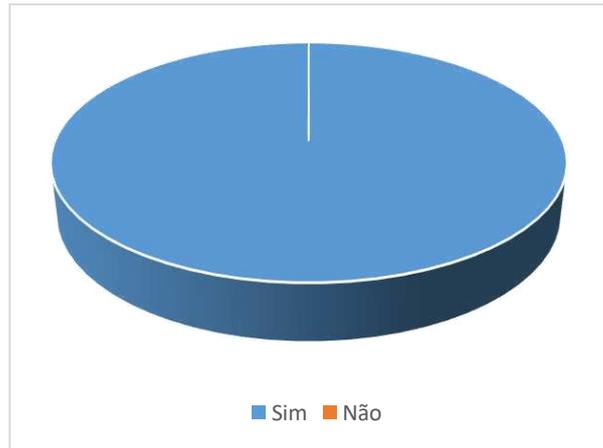
Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada, para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. (HENRIQUES, 2012, p. 09)

E inegável que a própria Educação nas escolas Públicas do Brasil é preciso haver mudanças para se dizer Inclusiva uma instituição deve receber todos independentemente de classes sociais ou até mesmo possuem alguma deficiência. No Município de Pinheiro – MA, as instituições entrevistadas necessitam de melhorias na questão de acessibilidades nos espaços e também com formação sobre Inclusão a todos do colegiado escolar, na área da Inclusão haja vista esse é um labor de todos para oferecer qualidade ao ensino. O próprio Montoan (2002, p.20), afirmar que “uma escola de qualidade é um espaço educativo, de personalidades humanas, críticas, uma instituição em que todas as crianças aprendem a ser pessoas”.

A seguinte Pergunta: *Os alunos com algumas necessidades especiais possuem professores especializados para atendê-los?*

Segundo as resposta dos **Participantes 1, 2, 3 e 4** foram unânimes todos responderam que sim os docentes que trabalham no ano letivo de 2021 nas escolas pesquisadas possuem alguma formação no setor da Educação Inclusiva no atendimento de crianças deficientes nas classes regulares, como mostrar no gráfico 11.

Gráfico 11 - Gráfico 11- Professores Especializados



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2022)

Conforme as ideias da psicóloga, Emília Ferreira sob Educação Inclusiva sendo uma educação voltada para atender indivíduos com alguma deficiência junto aos demais estudantes em sala regulares de ensino. Nota-se que esse atendimento deve ser oferecidos em todas as escolas tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, atendendo conforme e previsto as leis de inclusão.

Entende ainda a omissão de graduação para os educandos que atende a esses estudantes é um problema que vem sendo amplamente abordado. Deduz-se que receber um discente com alguma necessidade especial, não quer manifestar haver inclusão, por isso a formação docente é um artifício para melhorar o ensino a essas crianças. A consoante de Mantoan (2006, p.15) cita ainda “o modo a reconhecer a valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos sem segrega-los. Outro detalhe importante relativo a MANTOAN e que e bem ressaltado por Carvalho, é

Quando uma professora diz “não quero esse menino em minha sala”, podemos interpretar sua recusa como má-vontade, medo, pouca colaboração... ou como a tradução do desejo de contribuir para o sucesso na aprendizagem do aluno, para qual se sente desqualificada! (CARVALHO, 2004, p. 74).

Dado o exposto à Educação Inclusiva na Cidade de Pinheiro - MA deve ser traçadas e desenvolvidas por profissionais qualificados na área, em alguns casos isso não acontece e necessário que sempre os órgãos maiores incentivarem os gestores, professores e todo o corpo pedagógico a oferecer

cursos continuados de formação aos funcionários da Educação. Conforme, MITTLER (2003, p.20) afirma ainda que inclusão estar no ato de educar e quer estabelece:

A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais. (MITTLER, 2003, p.20)

Considerando que alguns profissionais sentem inseguros de receber nas classes, criança deficiente, e necessário que busque informações, cursos para formação. Outro fator e a questão das estruturas físicas das escolas que não atendem com a vivência da criança como será apresentado agora pela seguinte **Pergunta: *Há acessibilidade desta instituição de ensinoem atender crianças com alguma deficiência? Quais?***

**Resposta do Participante 1:** sim. Temos uma sala que recebemos estes alunos, sendo que quando sai da sala do professor, e vai acompanhar da professora para o reforço.

**Resposta do Participante 2:** sim. Banheiros para os mesmos

**Resposta do Participante 3:** Não.

**Resposta do Participante 4:** Sim. Em partes ela possui acessibilidade como rampas.

Pela observação nota-se que às três respostas dos **do Participante 1, 2 e 4** pontuaram que possui alguma acessibilidade, já o **Participante 3**, falou que não possui nenhuma acessibilidade na instituição. Segundo os Gestores nas respostas dos entrevistados dialogam que e necessário haver melhoras nos espaços físicos das escolas, pois as que tem não são suficientes aos alunos, além disso, as escolas como formadoras de cidadãos precisam criar estratégias pedagógicas para se adequar a essa nova clientela a “inclusão desse alunado no ensino regular é necessário a eliminação das barreiras arquitetônicas na adequação do material didático-pedagógico conforme as necessidades específicas dos alunos” (FONTES, 2003, p. 38).

Ainda convém trazer o questionamento sob a inclusão escolar, ***Como você avalia a acessibilidade desta instituição de ensino para atender crianças deficientes?*** Segundo as respostas dos Gestores foram as seguintes:

**Resposta do Participante 1:** Sabemos que todas as escolas deveriam ter uma sala toda equipada, mas a própria escola tem uma mini sala.

**Resposta do Participante 2:** Um pouco frágil, ainda falta muita coisa, mais mesmo assim, essas crianças tem toda atenção necessária para o seu desenvolvimento.

**Resposta do Participante 3:** não houve resposta do participante.

**Resposta do Participante 4:** Em partes a escola possui alguma acessibilidade como rampas, mas e preciso melhorar em outros aspectos

A avaliação feita pelos entrevistados da escola sob a acessibilidade nos espaços físicos no atendimento dos deficientes em partes ela possui todavia e necessário melhorias e um dos diretores cita que as instituições precisarem oferecer salas equipadas e acessíveis para o atendimento. Ademais, em suma à escola acessível uma das primeiras condições essenciais para a universalização da inclusão no ensino. “Ela assegura a possibilidade a todos de chegar até a escola, circular por suas dependências, utilizar funcionalmente todos os espaços, frequentar a sala de aula e atuar nas suas diversas atividades”(BRASIL, 2004, p.11).

Entretanto a ideologia de Carvalho (2008), as crianças deficientes, deve se sentir acolhidas, seguras, e ter autonomia no recinto escolar onde possam desenvolver habilidades no ensino aprendizagem e o papel da comunidade escolar e da família nessa caminhada e essencial para o pleno desenvolvimento das crianças.

A respeito da Pergunta: *A escola possui algum projeto pedagógico com foco dentro da inclusão para as crianças com deficiência nas salas regulares?*

**Resposta do Participante 1:** Sim. O projeto de desenvolvimento no aluno com necessidade

**Resposta do Participante 2:** Sim

**Resposta do Participante 3:** Não

**Resposta do Participante 4:** Sim, Projeto de Inclusão que e trabalhado nos primeiros meses com adaptação da criança deficiente no ensino regular.

O argumento dos entrevistados a **Resposta do Participante 1 e 4** possui alguns projetos, o primeiro trabalhar exclusivamente da necessidade da criança para seu desenvolvimento, já o

quarto e trabalhar diretamente com a adaptação das crianças deficientes no ensino comum, como a diretora aguisou como algumas crianças estão tendo seu primeiro contato com a escola houve a necessidade da criação de projetos de inclusão, já os **Participantes 2 e 3** não possuem projetos pedagógicos.

Nas concepções, observa-se que os projetos pedagógicos de inclusão às crianças deficientes devem ser inseridas diretamente no PPP da escola, pois esse projeto é construído voltado a própria comunidade escolar, na sua realidade local onde destaca os objetivos que a escola deseja alcançar, as finalidades em oferecer ensino de equidade na inclusão onde estar relacionado diretamente isso, inclusão, qualidade, respeito.

Com relação a seguinte e última Questão: *Quais os principais desafios enfrentados, enquanto gestor (a) da instituição na educação básica, para oferecer uma educação inclusiva para todos?*

Conforme as respostas dos entrevistados houve vários desafios para oferecer uma escola inclusa a todos, mas necessário o labor com parcerias e usando articulações para o bem comum das crianças deficientes.

**Resposta do Participante 1:** O grande desafios são o acompanhamento dos pais por que quando a escola descobre que a criança, precisa de um acompanhamento, e entra em contato com os responsáveis muitas vezes eles não aceitam que seu filho precisa de um médico.

**Resposta do Participante 2:** Muitas das vezes a conscientização de alguns pais por não aceita a realidade de seus filhos com algum tipo de deficiência.

**Resposta do Participante 3:** O maior desafio é aceitação dos próprios alunos na interação com os alunos com deficiência.

**Participante 4:** O maior desafio é oferecer a própria inclusão porque para haver inclusão precisa, professores capacitados, um ambiente acolhedor. Eu enquanto gestora a maior dificuldade é trabalhar com a parte burocrática com a secretaria em contratar professores com especialização e também a escola por não ser totalmente adaptada.

Sage (1999) discutir o papel do Gestor e o coração da instituição ele que organizar e media para haver mudanças significativas para o bem comum das crianças e de todos. Educação Inclusiva nesse cenário é necessário haver mudanças necessárias para garantir princípio de igualdade essenciais para essas crianças e possa desenvolver processo de aprender. Nessa fase traz ainda a ideia do labor do coletivismo dos docentes, dos pais e de todos do colegiado escolar para haver bons resultados a educação.

É evidente que alguns casos os Gestores não podem ultrapassar de seu limite de Diretor, no que se refere-se a questão os Participantes **1 e o 2** abordam ainda que os professores procura meios, recursos de pedagógico para facilitar o aprendizado para seus alunos, fazendo testes, em alguns casos há resultados, mas também é necessário ações para aqueles que não obtiveram resposta no ensino aprendizado das crianças, então é necessário haver conversas com pais sobre

as dificuldades de seus filhos, mas mesmo assim ainda há impasses por partes dos pais em não aceitarem que seu filho precisar de ajudar para aprender ou que possuem alguma deficiência.

No **Participante 4** traz a questão principal que a Gestora cita na entrevista no ano letivo de 2021. Que uma criança possuem deficiência houve essa questão da pandemia e com o retorno das aulas de modo presencial, e essa criança necessitava de Professor de Apoio, ela começou, mas não terminou o ano letivo com a crianças, pois houve diversos fatores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse estudo aborda um tema tão rico sobre inclusão escolar sob a ótica dos gestores de escolas públicas inclusivas em Pinheiro – MA, onde remete trabalhar o respeito e principalmente igualdade entre os estudantes. Educação Especial sem dúvidas é um misto de aprendizado e o interesse dessa temática justifica-se nos anseios e das indagações nas escolas públicas atendem crianças deficientes na rede comum do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a preocupação dos gestores em oferecer uma escola inclusiva e o ensino eficaz a todos, e a última justifica-se a escolha dessa temática foi justamente a afinidade pelo tema já estudado no decorrer da graduação, onde foi necessário fazer visitas técnicas em algumas instituições no ensino do município a respeito dessa temática e o grande impasse era a escassez da acessibilidade em algumas instituições que atende pessoas deficientes e também outro ponto seria o déficit de formações dos docentes que lecionam para as crianças deficientes, como são titulados professores de apoio.

A metodologia utilizada para a fundamentação desse estudo foi com base na pesquisa bibliográfica e no uso de documentos oficiais como: Leis, Decretos, entre outros para a fundamentação teórica do estudo, os achados da historicidade da Educação Inclusiva se deu a partir das lutas e movimentos sociais na garantia de seus direitos, uma delas seria à educação, ademais outro método de pesquisa utilizado foi a de campo onde foi realizado visitas em algumas instituições públicas do Município onde foi aplicado um questionário aos Gestores de ensino da rede pública.

Diante disso, a compreensão desse estudo vem responder os objetivos desse estudo vem retomar a importância do Gestor na caminhada no processo de inclusão nas escolas públicas do Município de Pinheiro – MA em oferecer ensino de igualdade e qualidade a todos, assim traz ainda no decorrer dessa pesquisa algumas leis que trabalham em garantir a inclusão de crianças deficientes no recinto escolar como LBI, logo após abordar o maior desafio que o Gestor Escolar enfrenta para oferecer escolas inclusivas são os próprios pais em não aceitarem que esses filhos necessitam alguma ajuda, além disso, traz o percentual de estudantes deficientes matriculados no ano letivo de 2021 nas instituições públicas pesquisadas no Município e através desse número e desse questionário possibilitou reflexões necessárias para que a escola seja inclusiva.

Sendo assim, a problemática da pesquisa vem responder à pergunta norteadora do estudo: Como se dá os desafios da educação inclusiva sob a ótica dos Gestores nas escolas públicas na cidade de Pinheiro? Para concluir a análise dessa pesquisa e para responder essa pergunta houve a necessidade da realização da pesquisa de campo onde mostrou a relevância do Gestor nessa caminhada em ofertar uma escola inclusiva a todos, onde ele trabalha, orienta e necessita de ajudar de todos os docentes, dos pais, da equipe pedagógica e da própria comunidade e que a instituição flua e seja de qualidade, trazer ainda a importância de todos do

colegiado escolar com formações sob à inclusão nesse processo educacional.

Os resultados da hipótese desse estudo confirmou que gestor tem grande importante para a efetivação da Inclusão nas escolas públicas inclusivas, mas não devem só Gestor nessa caminha, por motivos políticos, econômicos e sociais. Os instrumentos da coleta de dados, nos permitiu destrinchar a relevância do labor do Gestor Escolar na rede pública no atendimento da inclusão de crianças deficientes, ademais com a pesquisa de campo possibilitou esclarecer as inquietações se as escolas da Cidade de Pinheiro estão aptas para receber essa clientela.

Portanto, educação inclusiva em Pinheiro nas instituições de alfabetização que aceitam participar desse estudo mostra os resultados que ainda estar caminhando com passos lentos, dado que há preconceitos em suas particularidades. Em vista, conclui-se que a verdadeira necessidade de haver inclusão no ensino regular para as crianças, pois elas são o futuro do país. Vale ressaltar ainda que esse estudo trouxe e vai trazer o incentivo de futuros trabalhos acadêmicos com essa temática Educação Inclusiva em escolas normais em especial do próprio Município de Pinheiro e possa também incentivar olhares para o progresso inclusivo obedecendo ao que consta nas leis da educação, Leis feitas para sem cumpridas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso 19 jan. 2022

BRASIL. **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>. Acesso 21 jan. 2022

BRASIL. **Lei n.º 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação – Imprensa Oficial, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Manual de Orientação: Programa de Implantação Sala de Recursos Multifuncionais**, elaboração: Cláudia Pereira Dutra; Martinha Clarete Dutra dos Santos; Martha Tombesi Guedes, Brasília: MEC/SE/SEESP, 2010

BRASIL. **Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17430-programa-implantacao-de-salas-de-recursos-multifuncionais-novo>. Acesso 22 jan 2022

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 21 jan. 2022

CARNEIRO, Relma U. C. **Formação em serviço sobre gestão de escolas inclusivas para diretores de escolas de educação infantil**. Tese – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

CARVALHO, Telma Cristina Pichioli de. **Arquitetura escolar inclusiva: construindo espaço para educação infantil**. Tese de Doutorado, Unidade da USP, Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos, 2008.

CROKER, Robert A. **An Introduction to qualitative research**. In: HEIGHAM, Juanita & CROKER, Robert A. **Qualitative research in Applied Linguistics: a practical introduction**. Great Britain: Palgrave macmilian, 2009.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso 16 jan. 2022

FONTES, Rejane S. **História da Educação Especial no Brasil**. Revista Presença Pedagógica, v.9, n 54, nov./ dez. 2003.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil**. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. **Educação: Direito de Todos os Brasileiros**. In: **Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância**. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

HENRIQUES, R. M. **O Currículo Adptado na Inclusão de Deficiente Intelectual**.

Disponível: < [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/489-4.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/489-4.pdf) > Acesso em: 30 de novembro 2020

**Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência [recurso eletrônico] : lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) / Câmara dos Deputados. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 200).

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia, GO:Alternativa, 2003

**MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.**

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed.. São Paulo: Cortez, 2005

MENDES, E. G. **Construindo um “lôcus” de pesquisas sobre inclusão escolar**. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2004). **Censo Escolar**. Brasília: MEC/INEP/SEEC. <http://www.inep.gov.br>. Acesso 20 jan. 2022

MITLER, Peter. **Educação Inclusiva – Contextos Sociais**. Porto Alegre, Artmed, 2003  
 PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

SAGE, D.D. **Estratégias inclusivas para o ensino inclusivo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999

SAGE, Daniel D. **Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo**. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.). Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.129-141.

SANT’ANA, Izabella M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio/ago., 2005.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopéia Ignorada : A pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo : CEDAS, 1986.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um Discurso Sobre as Ciências**. 13. ed. Porto: Afrontamento, 2002

SOUSA, L. P. F. **Orquestrar a Gestão Escolar para respostas educativas na diversidade**. **Orquestrar a Gestão Escolar para respostas educativas na diversidade**. Luciane Porto Frazão de Sousa V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial. Londrina. 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Ministério da Educação e Ciência de Espanha: Salamanca, Espanha, 1994

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. [Adotada pela Conferencia Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. **Acesso e Qualidade**, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de jun. 1994.



## APÊNDICES

## APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PINHEIRO (CESPI)**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

## QUESTIONÁRIO - GESTOR DA INSTITUIÇÃO

**1. Sexo:** ( ) feminino ( ) masculino

**2. Idade:** menos de 20( ); 20 a 25( ); 26 a 35( ); 36 a 45( ); 46 a 50( ); mais de 50( )

**3. FORMAÇÃO:**

( ) Ensino Médio / Magistério ( ) Ensino Superior ( ) Especialização

( ) Mestrado ( ) Doutorado

**4. Você cursou alguma formação na área da Educação Especial/Inclusiva?**

( ) sim ( ) não

**Se sim, quais?**

---

---

---

**5. Quantos anos de atuação no Ensino Fundamental?**

( ) Menos de 5 a 10 anos

( ) 11 a 20

( ) 21 a 30

( ) acima de 30 anos.

**6. Quantos anos de atuação como gestora no Ensino Fundamental?**

( ) Menos de 5 a 10 anos

11 a 20

21 a 30

acima de 30 anos.

**7. Há alunos matriculados com necessidades especiais no ano de 2021?**

sim  não

Em caso positivo, relacione o quantitativo abaixo.

Deficiência física  \_\_\_\_\_ Turmas: \_\_\_\_\_

Deficiência visual  \_\_\_\_\_ Turmas: \_\_\_\_\_

Deficiência auditiva  \_\_\_\_\_ Turmas: \_\_\_\_\_

Deficiência intelectual  \_\_\_\_\_ Turmas: \_\_\_\_\_

Deficiência múltipla  \_\_\_\_\_ Turmas: \_\_\_\_\_

**8. Nessa instituição possui alguma sala de recursos multifuncionais?**

sim  não

**9. Qual é a sua opinião a respeito da educação inclusiva?**

---

---

**10. Os alunos com necessidades especiais possuem professores especializados para atendê-los?**

sim  não

**11. Há acessibilidade desta instituição de ensino para atender crianças com deficiência? Quais?**

sim  não

---

---

**12. Como você avalia a acessibilidade desta instituição de ensino para atender crianças com deficiência?**

---

---

---

**13. A escola possui algum projeto pedagógico com foco na inclusão das crianças com necessidades especiais nas salas regulares?**

---

---

---

**14. Quais os principais desafios enfrentados, enquanto gestor (a) da instituição da educação básica, para oferecer uma educação inclusiva para todos?**

---

---

---

## APÊNDICE 2 – TERMO DE PERMISSÃO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO

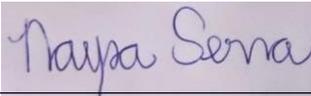
**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO-  
CIENTÍFICA**

Através do presente instrumento, solicitamos do Gestor (a) \_\_\_\_\_, a  
autorização para realização da pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de  
Curso (TCC) do acadêmico (a) Vanessa do Remédio Pimenta Garcia, orientado (a) pelo  
Prof. (a) Naysa Christine Serra Silva, tendo como título preliminar A Inclusão Escolar sob a  
Ótica dos Gestores de Escolas Públicas Inclusivas em Pinheiro - MA. A coleta de dados será  
feita através da aplicação da pesquisa de campo, conforme modelo anexo. A presente atividade  
é requisito para a conclusão do Curso de Pedagogia Licenciatura da Universidade Estadual do  
Maranhão.

Pinheiro, \_\_\_ de janeiro de 2022.



Assinatura do Acadêmico



Assinatura do Prof. Orientador

Cidade Universitária Paulo VL C.P. 09 Tirirical CEP.65055.970 – São Luís /MA Fones: (98)3245-5461/ Fax(9813245.5882

CN.P.J. 06 352421 0001 6S - Criada nos, termos da Lei nº 4.400 de 30.12.1981

